

workshop

3^a
EDIÇÃO

DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS E TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS

18 - 19 Dezembro | Aud. Afonso de Barros | 09.00

2017

Desafios institucionais
Emprego, formação e inclusão
Sustentabilidade e regulação
Planeamento territorial e comunidades
Desenho da cidade
Criatividade e cultura
Viver o território
Instituições financeiras e políticas económicas
Habitação: direitos e identidades
Tecnologia e Investigação

Livro de Resumos



DYNAMIA'CET
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ÍNDICE

Feminização do emprego público e participação das mulheres nas estruturas de decisão dos sindicatos <i>Alves, P. M., Botelho, M.C., Martins, L. C.</i>	5
muf architecture/art e o projecto de Altab Ali Park: arte e arquitectura no processo de regeneração urbana <i>Antunes, C.</i>	8
Drivers of Private Consumption in the Era of Financialisation: New Evidence for the European Union Countries <i>Barradas, R.</i>	10
Determinants of Internal Carbon Pricing and of Corporate Climate Change Strategy <i>Bento, N., Gianfrate, G., Aldy, J.</i>	13
The 2007-2009 Subprime Crisis and the Global Public Policy Response – An updated perspective <i>Dhimjee, D., Leão, P., Leão, E.</i>	18
“Lavar o Mar”: o teatro, os seus territórios e festivais <i>Borges, V.</i>	20
Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Maria Matos: que perfis e missões? <i>Borges, V.</i>	22
A governança local em áreas urbanas em crise: desafios e questões emergentes para a análise das políticas publicas <i>Colombo, A.</i>	24
Research-based spin-off networks and knowledge dissemination across organisational and spatial boundaries <i>Conceição, O., Sousa, C., Fontes, M.</i>	27
As ideias económicas e a economia <i>Costa, A.</i>	31
Creative milieus at the periphery of the metropolis: From the massification of the city center of Lisbon to the liveliness of “Margem Sul” <i>Costa, P., Lopes, R.</i>	33
New urban narratives at the public space: art, territoriality and community development in the Flâneur project <i>Costa, P., Lopes, R.</i>	35
Um jogo de espelhos: identidade(s) e reputação(ões) num bairro histórico de Lisboa em mudança <i>Pinto, T.C., Matos, M.</i>	36
Turismo de Base Criativa: Uma Proposta Conceptual <i>Cruz, A.R., Perestrelo, M., Gato, M.A., Costa, P.</i>	38
Co-evolutionary dynamics of policy and advanced energy system development <i>Fontes, M., Bento, N., Karadzic, V., Pereira, T.S.</i>	40

A influência da comercialidade na definição do quadro jurídico dos recursos genéticos marinhos – investigação científica e ‘bioprospeção’ <i>Gameiro, M.I.</i>	44
Valor Reputacional e Consumo da Cidade: Lisboa como exemplo <i>Gato, M.A., Costa, P.</i>	46
Regulating Risk in the Big Data Age: Revisiting Risk Society and Risk Regulation Theories <i>Gonçalves, M.E.</i>	47
Avaliação e gestão dos riscos não comprovados: estudo de casos da aplicação do princípio da precaução em Portugal <i>Gonçalves, V.</i>	48
A cidadania na investigação <i>Guibentif, P.</i>	51
<i>Wicked Problems</i> e Planeamento Territorial para a Resiliência: <i>Knowledge Alliances</i> , Desafios Metodológicos e Perspectivas da Investigação Transdisciplinar <i>Henriques, J.M.</i>	53
Types of financial institution and their supply of financial services: the case of microfinance in Europe <i>Lagoa, S., Suleman, A.</i>	56
Taking authority seriously – Institutional challenges <i>Lopes, H.</i>	62
The rise of youth unemployment during the EU sovereign debt crisis: A tale of two policies <i>Marques, P., Hörisch, F.</i>	65
Urbanidade e pluralidade territorial. Um dispositivo teórico de interrogação sobre o Portugal contemporâneo <i>Martins, M.</i>	67
Habitação própria e a justiça do Estado de direito nas execuções hipotecárias em Portugal <i>Martins, V.</i>	69
Regenerando a cidade partindo do seu âmago. A peregrinação como instrumento de equidade na gestão da cidade contemporânea <i>Nevado, A.</i>	72
CREATOUR <i>in progress</i> – Desenvolvendo propostas metodológicas para um projeto de Turismo Criativo em Portugal <i>Perestrelo, M., Gato, M.A., Costa, P., Cruz, A.R.</i>	75
In search of an integrated and policy-oriented approach of innovation and sustainability <i>Salavisa, I.</i>	77
Lessons from the Extremes in the case of Urban Planning <i>Santos, S., Ferreiro, M.F.</i>	79
Nowcasting and forecasting aquaponics by Google Trends in European countries <i>Santos, M.J.</i>	80
O desenho de Hestnes Ferreira – entre o gesto imaginário do carvão e a linha realística da grafite <i>Saraiva, A.</i>	81

The returns to improved educational qualifications: An analysis of the Portuguese case <i>Sgobbi, F.</i>	87
Ambiências e Hortas <i>Sousa, M.R.P.L.</i>	90
Age-Friendly Oslo: A Conceptual Framework <i>Sugahara, G.</i>	93
The job quality of young higher education graduates in Portugal: Wage differentials and contractual arrangements in 2007 and 2012 <i>Suleman, F., Figueiredo, C.</i>	96

Feminização do emprego público e participação das mulheres nas estruturas de decisão dos sindicatos

Paulo Marques Alves

DINÂMIA'CET-IUL and ISCTE – University Institute of Lisbon

paulomarquesalves@sapo.pt

Maria do Carmo Botelho

CIES-IUL

Lucinéia Scremin Martins

UFG

Resumo

A história do movimento sindical revela-nos que a relação das mulheres com os sindicatos se tem mostrado bastante problemática desde o início.

Se bem que no Reino Unido se tivessem constituído associações mistas no começo da industrialização e da organização dos trabalhadores, o sindicalismo acabou por nascer androcentrado, adotando uma atitude sexista com a qual se visava excluí-las do mercado de trabalho e dos sindicatos. Esta atitude rapidamente se tornou dominante, ao ser transversal às principais correntes do movimento sindical (anarcossindicalista, reformista e católica) e acabou por orientar durante um longo período as estratégias sindicais face às mulheres.

Como resultado, elas fundaram sindicatos próprios. É o que Briskin (1998) designa por “estratégia de separatismo”. Significa uma recusa em trabalhar com os homens e a consequente constituição de organizações alternativas. Em vários países europeus, incluindo Portugal, há registo desta estratégia.

Contudo, o crescimento das taxas de atividade femininas, sobretudo após o final da IIª Guerra Mundial, levou o movimento sindical a alterar as suas estratégias, passando a visar a sindicalização das mulheres. Esse facto traduziu-se no aumento da sua proporção nos efetivos sindicais, sem que se tenha verificado um correspondente crescimento do seu peso nas

estruturas de decisão, pelo que o sindicalismo, muito frequentemente, as não representa de forma adequada.

Esta tendência para uma sub-representação, mais ou menos intensa, ocorre ao nível das organizações sindicais de primeiro nível, como comprovam os trabalhos de Cobble e Michal (2002), para os EUA; de Colgan e Ledwith (2002), para o Reino Unido ou de Mahon (2002), para a Suécia, mas também no plano das confederações sindicais nacionais, como demonstram os inquéritos que a CES realiza periodicamente às confederações sindicais nacionais (atualmente 89) e às federações setoriais europeias (atualmente 10) suas filiadas. Se bem que se tenham registado progressos desde os anos 90, esta tendência continua a ser manifesta, ainda que se verifiquem diferenças de assinalar, com as confederações dos países do sul da Europa e da bacia do Mediterrâneo e as do leste da Europa a serem fortemente dominadas pelos homens.

A “militância no feminino”, seja política ou sindical, é tradicionalmente menos intensa, ao ser travada por fatores de ordem social, económica e cultural. E são esses fatores que entram igualmente a ascensão das mulheres aos órgãos de poder nas organizações.

Mas ela também não deixou de estar envolta no silêncio durante muito tempo. Este silêncio tem sido ainda mais ensurdecedor em Portugal, com as mulheres militantes sindicais a encontrarem-se praticamente ausentes das obras dedicadas ou ao movimento sindical e seus militantes ou às mulheres, sejam elas produzidas pela academia ou por militantes. Esta é uma constatação verdadeira, quer focalizemos o nosso olhar no dealbar do século XX quer o façamos na atualidade, e acontece num quadro mais vasto de um grande défice de estudos sobre o movimento sindical.

Este estudo é um contributo para o estudo da participação das mulheres no movimento sindical português.

A pesquisa incide sobre 102 sindicatos com jurisdição nas várias áreas da administração pública, incluindo a educação e a saúde. Este valor corresponde a cerca de um terço do número total de sindicatos atualmente existentes em Portugal e engloba algumas das estruturas de maior dimensão do país. A escolha da administração pública teve ainda por base a elevada taxa de feminização existente neste sector, superior à da população ativa e à da população empregada, e que ronda os 80,0% em algumas profissões, bem como o facto da taxa média de feminização das direções sindicais ser de 42,4% na administração pública, valor que se eleva para 43,9% na saúde e se aproxima dos dois terços (63,0%) na educação.

Inicialmente, realizámos uma análise documental, que incluiu os dados estatísticos produzidos pelos serviços da administração pública e as fichas biográficas das equipas dirigentes dos

sindicatos onde se registaram eleições no último quadriénio. Concluimos ser a sub-representação transversal ao movimento sindical neste setor e que mesmo em ramos e/ou em profissões altamente feminizados, esse facto não é garantia de que se verifique uma adequada representação das mulheres, como sucede com particular acuidade no caso dos sindicatos do pessoal de enfermagem.

Seguidamente, para cerca de meia centena de sindicatos, comparámos os dados do período 2013-2016 com o que sucedia dez anos antes e verificámos a existência de um retrocesso das taxas de feminização das direcções sindicais num conjunto muito significativo de organizações. O retrocesso é tanto mais relevante atendendo às proporções que atinge. No estágio atual da investigação avançaremos algumas hipóteses explicativas.

Uma não adequada representação das mulheres traz consequências negativas para o sindicalismo. Por um lado, um sindicalismo menos inclusivo é um sindicalismo menos representativo. Por outro lado, como alertam vários autores (Lawrence, 1994; Cockburn, 1991, 1995; Colgan e Ledwith, 1996), se as lideranças sindicais não representam de forma proporcional os efetivos, então o carácter democrático das organizações é severamente restringido.

muf architecture/art e o projecto de Altab Ali Park: arte e arquitectura no processo de regeneração urbana

Cláudia Antunes

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

cvasa@isc-te-iul

Resumo

Nos últimos anos tem-se intensificado o número de colectivos que desenvolvem um trabalho multidisciplinar entre arte e arquitectura no espaço público. O tema do espaço público tornou-se uma problemática predominante no discurso contemporâneo, ligando as disciplinas da arte e da arquitectura em torno das questões sociais e urbanas. Da mesma forma, ao nível das políticas urbanas existe também um maior interesse na integração da arte nos processo de regeneração urbana. A cidade de Londres é um caso paradigmático deste tipo de relação onde se reconhece, por parte das autoridades, a importância de uma boa qualidade de espaço público (quer ao nível do design quer ao nível da vivência desse espaço) para o desenvolvimento urbano e para o crescimento económico (Murray, Manson e Alexander, 2016). Igualmente, a importância da cultura e do estreitamento de uma maior relação entre arte e arquitectura é valorizada para a construção de um espaço público mais integrador e que possa ser vivido por todos (Mayor of London, 2014). Um exemplo da aplicação deste tipo de políticas foi o plano “High Street 2012”, um projecto de reabilitação urbana, desenvolvido pelo Mayor of London, com o objectivo de requalificar uma das principais vias de ligação entre o centro de Londres e a zona do parque Olímpico em Stratford. Com início em 2008, o programa “High Street 2012” promoveu um conjunto de intervenções arquitectónicas e acções temporárias com o objectivo de melhorar a qualidade do espaço público e promover uma maior ligação e integração entre os cidadãos e o seu espaço público, valorizando a importância da arte e da arquitectura nesse processo.

O projecto Altab Ali Park (2011), do colectivo londrino muf architecture/art, faz parte de um dos projectos de requalificação inseridos no programa “High Street 2012”. O projecto visa a requalificação de um parque público na zona de Whitechapel que se encontrava descaracterizado e pouco vivido, numa zona com poucos espaços verdes. Esta intervenção teve como objectivo não só uma requalificação em termos arquitectónicos, como também promover uma maior e melhor habitabilidade do espaço por parte da comunidade, procurando integrá-lo

no quotidiano dos seus habitantes. Para isso, o colectivo muf architecture/art, desenvolveu um conjunto de acções que procuraram envolver a comunidade num processo participado de regeneração urbana, relacionando arte e arquitectura.

O trabalho do colectivo muf architecture/art, fundado em 1994, é um exemplo de como, através da relação entre arte e arquitectura, se procura desenvolver uma outra forma de intervir no espaço público, através de um processo colaborativo entre os vários intervenientes. Esta comunicação procura, através da apresentação do projecto Altab Ali Park, analisar o impacto deste tipo de soluções para o espaço público e a importância da relação entre prática arquitectónica e prática artística na concepção de outras formas de construir e fazer espaço público.

Palavras Chave: muf architecture/art; Altab Ali Park; Arquitectura; Arte; Espaço Público; Regeneração urbana.

Referências

Mayor of London (2014), Cultural Metropolis: The Mayor's Cultural Strategy - Achievements and next steps.

Disponível em: https://www.london.gov.uk/sites/default/files/cultural_metropolis_2014.pdf
(Acesso a 2 Outubro 2017)

Murray, P.; Manson, F.; Alexander, P. (2016) Public London: Creating the best public realm, "Good Growth Agenda 2", Mayor's Design Advisory Group. Disponível em: http://www.newlondonarchitecture.org/docs/public_london_interactive.pdf (Acesso a 2 Outubro 2017)

Drivers of Private Consumption in the Era of Financialisation: New Evidence for the European Union Countries

Ricardo Barradas

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

ricardopereirabarradas@hotmail.com

Extended abstract

Over the last years and particularly until the Great Recession, private consumption has exhibited an increasing trend in many countries, occurring simultaneously with a general decreasing trend in households' labour income. This 'consumption without income' hypothesis constitutes a kind of puzzle for the economic science, particularly because income tends to be regarded as the most important driver of private consumption.

Against this background, scholars of financialisation, adopting a post Keynesian view of point, stress that financialisation has been exerting a strong influence on the evolution of private consumption due to two conflicting channels (Stockhammer, 2009a; Onaran et al., 2011; and Hein, 2012). The first channel implicates a deceleration of private consumption caused by the decline of households' labour income. The second channel involves an acceleration of private consumption caused by the growth of households' (financial and housing) wealth.

Accordingly, the relationship between these two channels and private consumption has been tested by some empirical studies (Boone et al., 1998; Ludvigson and Steindel, 1999; Davis and Palumbo, 2001; Edison and Sløk, 2001; Ludwig and Sløk, 2001; Mehra, 2001; Boone and Girouard, 2002; Sousa, 2008 and 2009; Slacalek, 2009; Onaran et al., 2011; Barrell et al., 2015). Most of them derive and estimate private consumption equations by relating it to households' labour income and households' wealth following both permanent income and life-cycle theories of consumption (Friedman, 1957; Modigliani and Brumberg, 1954; Ando and Modigliani, 1963). The majority of these empirical studies find that labour income and (financial and housing) wealth exert a positive influence on private consumption, in a context where the positive effect of the latter more than compensates for the negative effect of the former. This seems to suggest that financialisation could represent by itself a potential response to the aforementioned puzzle surrounding the 'consumption without income' hypothesis.

This paper aims, therefore, to examine the role of financialisation in the evolution of private consumption in the European Union (EU) countries from 1995 to 2015, making a fivefold contribution to the existing literature. Firstly, the paper focuses on EU countries, for which the evidence is scarcer due to a strong emphasis on large and highly developed and financialised economies, like the US economy (Stockhammer, 2009a; Edison and Sløk, 2001). EU countries represent an interesting case by presenting a certain institutional diversity despite belonging to the same economic and political region. Secondly, the paper performs a panel data econometric analysis, whilst the majority of empirical studies on this subject perform a time series econometric analysis (Boone et al., 1998; Ludvigson and Steindel, 1999; Davis and Palumbo, 2001; Edison and Sløk, 2001; Mehra, 2001; Boone and Girouard, 2002; Sousa, 2008 and 2009; Onaran et al., 2011; Barrell et al., 2015). Note that a panel data econometric analysis offers several advantages with the possibility to collect a higher number of observations with more variability and less collinearity, which improve the accuracy and the reliability of estimations (Baltagi, 2005; Brooks, 2009). Thirdly, the paper assesses the period before, during and after the crisis, whereas the existing literature typically is focused on the period prior to the Great Recession. Barrell et al. (2015) is the only exception, but they only analyse Italy and the UK individually though a time series econometric analysis. Fourthly, this paper evaluates the effects of financialisation on total and on all the components of private consumption (consumption of services and consumption of non-durable, semi-durable and durable goods), which is a novelty to the literature. Fifthly, the paper estimates a private consumption equation by including other control variables in order to take into account other important determinants of private consumption (Church et al., 1994; Boone et al., 1998; Davis and Palumbo, 2001; Boone and Girouard, 2002) and mitigate the risk of potential inconsistent and unbiased estimations due to the problem of omitted relevant variables (Wooldridge, 2003; Kutner et al., 2005; Brooks, 2009).

Thus, a private consumption equation is estimated using three variables linked to financialisation (labour income, financial wealth and housing wealth) and five additional control variables (lagged private consumption, short-term interest rate, long-term interest rate, inflation rate and unemployment rate). Estimations are produced using the least-squares dummy variables bias-corrected estimator (LSDVC) due to the existence of a dynamic panel data model, an unbalanced panel and a macro panel.

The paper shows that the fall of households' labour income and the rise of households' (financial and housing) wealth are stylised facts in the EU countries either before, during and after the Great Recession. This confirms that financialisation represents an important driver of

private consumption in these countries, albeit its effects differ across time and space. Before the Great Recession, financialisation spurred total private consumption in the EU countries as a whole because the wealth effect suppressed the income effect. During that time, housing wealth was even the main driver of total private consumption in the EU countries as a whole. During and after the Great Recession, financialisation impaired total private consumption in the EU countries as a whole, particularly due to the strong decline of labour income. In the full period, financialisation also had a prejudicial effect on total private consumption in the EU countries as a whole, and particularly in the case of the Euro area countries, because the wealth effect did not counteract the income effect. In Euro area countries, the fall of labour income had even the worst impact on total private consumption. In ‘market-based’ countries, eastern European countries and non-Euro area countries, financialisation was the main driver of total private consumption due to the wealth effect.

Keywords: Private Consumption, Financialisation, Labour Income, Financial Wealth, Housing Wealth, European Union, Panel Data, Least-Squares Dummy Variable Bias-Corrected Estimator

JEL Classification: C23, D10, E21 and E44

Determinants of Internal Carbon Pricing and of Corporate Climate Change Strategy

Nuno Bento

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)
nuno.bento@iscte-iul.pt

Gianfranco Gianfrate

Joseph Aldy

Extended abstract

The adoption of carbon pricing instruments has increased significantly in recent years. The World Bank (2016) estimates that carbon pricing mechanisms have been implemented by countries which collectively represent a quarter of the world's total greenhouse gas (GHG) emissions in 2016—although carbon pricing only covered an half of the emissions in those economies. Still this percentage needs to expand in order to deliver on the long-term goals of the Paris Agreement (Aldy et al., 2016; du Pont, 2017). To reach this goal firms are expected to progressively internalize the social costs of carbon emissions (Popp et al., 2010; Kolstad et al., 2014; Nordhaus, 2014; Weitzman, 2016). In addition, equity markets, along with financial regulators, are increasingly calling companies to disclose the effects of climate change in order to show their exposure to global warming risks (Bianchini and Gianfrate, 2017).

In this framework, an increasing number of global companies has adopted internal carbon pricing (also referred to as “shadow carbon pricing” or “internal carbon tax pricing”). Internal carbon pricing is a voluntary method for companies to internalize the implicit (actual or expected) cost of carbon under various policies and regulations even when all or part of their operations are not currently subject to external carbon regulations (WBCSD, 2015). According to the large database collected by the Carbon Disclosure Project (CDP, 2016), over 1200 companies in the world currently use internal carbon pricing or plan to implement one by 2018.

Companies adopt internal carbon prices for multiple reasons (I4CE, 2016; CDP, 2016). First, the internal pricing of carbon is used for risk management purposes: as companies are increasingly exposed to regulatory and financial risks attached to the implementation of governmental carbon pricing regimes, they seek to measure, model, and manage such risks. Second, internally defined

prices of carbon are featured in strategic planning activities as carbon price is an important input in the definition of the long term business model, including the identification of new strategic risks and opportunities. Third, internal carbon prices can be factored into the decisions about capital investments in relation to projects involving increases in GHG emissions, changes in the portfolio of energy sources, and reductions in emissions via energy efficiency schemes. Hence they enter as an input into scenario planning, forecasting, sensitivity analyses, and net present values estimations (WBCSD, 2015). They also allow investors to assess the extent to which companies' activities (especially from high polluting sectors) are vulnerable to increasing carbon costs. In addition to these arguments, internal carbon pricing may serve to influence how the government designs future policy. It may signal to the government that additional regulatory action is unnecessary, as well as "greenwashing."

Despite the growing importance of internal carbon pricing, the determinants of such prices are still unexplored. An extensive literature analyzes the voluntary disclosure of environmental information (see Chrun et al., 2016 for a recent review), particularly in the context of carbon practices (Lee et al., 2015; Amran et al., 2014; Mastumura et al., 2014; Kim and Lyon, 2011; Reid and Toffel, 2009; Tagesson et al., 2009; Stanny and Ely, 2008). In addition, the literature has documented the heterogeneity of countries, sectors and firms strategies concerning climate change issues (Backman et al., 2017; Pinkse and Kolk, 2010; Weinhofer and Hoffmann, 2010; Okereke, 2007). However, so far to our knowledge no study has investigated the factors underpinning the internal adoption of higher or lower carbon prices, which could shed light on the way firms prepare the transition to a low-carbon economy.

Therefore this study seeks to answer to the following research questions: What are the determinants influencing the choice of internal carbon prices of companies? What factors drive the utilization of internal carbon prices to pursue environmental and corporate strategies? What drives the decision of companies to price carbon?

The paper aims to fill the void in the literature about how carbon risks are quantified internally and factored in the decision making process. With the help of quantitative econometric models, it explores the national policies, industry effects and firm characteristics that determine the magnitude of internal carbon prices. Secondly, the analysis looks at the conditions influencing the decisions of firms to adopt and factor internal carbon prices in their corporate strategies.

We discuss the implications of the findings for the adoption of environmental instruments and corporate environmentalism, as well as for policy makers aiming to generalize the implementation of carbon prices in society.

Keywords: climate change; internal carbon price; environmental economics; corporate strategy; energy.

Thematic fields: (1) Innovation and Labour; (2) Cross-cutting thematic lines

References

Aldy, J. E., Pizer, W., Tavoni, M., Reis, L., Akimoto, K., Blanford, G., ... & McJeon, H. (2016). Economic tools to promote transparency and comparability in the Paris Agreement, Letters, Nature Climate Change, 22 August.

Amran, A., Periasamy, V., & Zulkafli, A. H. (2014). Determinants of climate change disclosure by developed and emerging countries in Asia Pacific. Sustainable Development, 22(3), 188-204.

Backman, C. A., Verbeke, A., & Schulz, R. A. (2017). The drivers of corporate climate change strategies and public policy: a new resource-based view perspective. Business & Society, 56(4), 545-575.

Bianchini, R., Gianfrate, G. (2017) "Climate Risks and the Practice of Corporate Valuation" forthcoming in (Eds. Boubaker, S. Cummings, D., and Nguyen, D.K.) Handbook of Finance and Sustainability, Edward Elgar.

CDP (2016). Embedding a carbon price into business strategy. Report. Carbon Disclosure Project, September, <https://www.cdp.net>

Chrun, E., Dolšak, N., & Prakash, A. (2016). Corporate environmentalism: Motivations and mechanisms. Annual Review of Environment and Resources, 41, 341-362.

du Pont, Y. R., Jeffery, M. L., Gütschow, J., Rogelj, J., Christoff, P., & Meinshausen, M. (2017). Equitable mitigation to achieve the Paris Agreement goals. Nature Climate Change, 7(1), 38-43.

I4CE (2016) Institute for Climate Economics, Internal carbon pricing A growing corporate practice <http://www.i4ce.org>

Kim, E. H., & Lyon, T. (2011). When does institutional investor activism increase shareholder value?: the carbon disclosure project. The BE Journal of Economic Analysis & Policy, 11(1).

Kolstad, C., K. Urama, J. Broome, A. Bruvoll, M. Cariño Olvera, D. Fullerton, C. Gollier, et al. 2014. Social, Economic and Ethical Concepts and Methods. In Climate Change 2014: Mitigation

of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Edenhofer, O., R. Pichs-Madruga, Y. Sokona, E. Farahani, S. Kadner, K. Seyboth, A. Adler, I. Baum, S. Brunner, P. Eickemeier, B. Kriemann, J. Savolainen, S. Schlömer, C. von Stechow, T. Zwickel and J.C. Minx (Eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.

Lee, S. Y., Park, Y. S., & Klassen, R. D. (2015). Market responses to firms' voluntary climate change information disclosure and carbon communication. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(1), 1-12.

Matsumura, E. M., Prakash, R., & Vera-Muñoz, S. C. (2014). Firm-value effects of carbon emissions and carbon disclosures. *The Accounting Review*, 89(2), 695-724.

Nordhaus, W. (2014). Estimates of the social cost of carbon: concepts and results from the DICE-2013R model and alternative approaches. *Journal of the Association of Environmental and Resource Economists*, 1(1/2), 273-312.

Okereke, C. (2007). An exploration of motivations, drivers and barriers to carbon management: The UK FTSE 100. *European Management Journal*, 25(6), 475-486.

Pinkse, J., & Kolk, A. (2010). Challenges and trade-offs in corporate innovation for climate change. *Business Strategy and the Environment*, 19(4), 261-272.

Popp, D., Newell, R. G., & Jaffe, A. B. (2010). Energy, the environment, and technological change. *Handbook of the Economics of Innovation*, 2, 873-937.

Reid, E. M., & Toffel, M. W. (2009). Responding to public and private politics: Corporate disclosure of climate change strategies. *Strategic Management Journal*, 30(11), 1157-1178.

Stanny, E., & Ely, K. (2008). Corporate environmental disclosures about the effects of climate change. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(6), 338-348.

Tagesson, T., Blank, V., Broberg, P., & Collin, S. O. (2009). What explains the extent and content of social and environmental disclosures on corporate websites: a study of social and environmental reporting in Swedish listed corporations. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16(6), 352-364.

WBCSD (World Business Council for Sustainable Development) (2015). *Emerging Practices in Internal Carbon Pricing: A Practical Guide*. World Business Council for Sustainable Development, <http://www.wbcsd.org>

Weinhofer, G., & Hoffmann, V. H. (2010). Mitigating climate change—how do corporate strategies differ?. *Business Strategy and the Environment*, 19(2), 77-89.

Weitzman, M. (2016). On a World Climate Assembly and the Social Cost of Carbon (No. w22813). National Bureau of Economic Research.

World Bank (2016). Carbon Pricing Watch 2016. World Bank and Ecofys, May, Washington, DC.

The 2007-2009 Subprime Crisis and the Global Public Policy Response – An updated perspective

Diptes Bhimjee

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

diptes@gmail.com

Pedro Leão

Department of Economics, Lisbon School of Economics & Management (ISEG), Universidade de Lisboa, Portugal

Emanuel Leão

Department of Economics, ISCTE Business School (IBS), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal

Extended abstract

In the present working paper, we look at the root causes of the 2007-2009 ‘subprime’ financial crisis in the U.S.A., as well as the ensuing global financial crisis, which led to significant economic and financial losses at a global level through massive economic and financial contagion processes.

A careful examination is then conducted in order to examine the way public (i.e., regulatory) authorities in advanced economies responded to the onset of the global financial crisis and the corresponding impact on real economies and the financial systems.

The present study emphasizes the fact that, right from the start, public policy developed along two complementary, but distinct lines of public policy intervention, as described hereinafter:

- (i) short term macroeconomic management of the economic and financial impact associated with the onset of the global systemic episode through the pursuit of monetary and fiscal policies alike;
- (ii) and the medium to long term reshaping of the financial regulatory framework in order to mitigate the existing governance failures that might subsequently lead to further financial and economic distress episodes

It must be observed that, as complementary lines of public policy intervention, these two sub-sets of pursued policies occurred at a global level, instead of purely occurring as responses that were

solely implemented at a national and/or regional level. Furthermore, the latter joint coordination of policy implementation at a global level constitutes a novel feature associated with the latest global systemic event.

Moreover, while it is true that fiscal policy and monetary policy measures aiming at stimulating aggregate expenditure (aggregate demand) were used on a global scale - which effectively succeeded in preventing what many had forecast would have been a crisis similar in scope to the 1929-1933 US Great Depression -, it should be observed that this global macroeconomic strategy also ended up creating many sources of risk for the future of the global economy. Consequently, the present document also summarizes the main global risks that emerged as a consequence of the global macroeconomic policy response to the financial crisis, namely in terms of the high volumes of public debt, of the uncertain outlook for inflation, and of the possible development of financial bubbles in some asset markets.

“Lavar o Mar”: o teatro, os seus territórios e festivais

Vera Borges

DINÂMIA’CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Vera.Borges@iscte-iul.pt

Resumo

No âmbito do projeto Reputação, Mercados e Territórios, tenho vindo a realizar um conjunto de retratos sociológicos que articulam protagonistas e contextos, no teatro e na arquitetura. Uma das linhas de investigação sugere que os artistas concebem projetos que envolvem os habitantes locais e as instituições, criando pequenas comunidades colaborativas (Borges, 2017). Com o uso deste termo, pretendo descrever as principais dinâmicas processuais e relacionais destes contextos. Tratarei estas dinâmicas como formas da praxis criativa contemporânea, na mesma linha de Kester (2011). Neste sentido, proponho fazer a análise do Festival Lavar o Mar, concebido por Madalena Vitorino e Giacomo Scalisi, feito por e com pessoas que vivem quase todas em Aljezur e Monchique. O Festival tem uma programação diversificada, embora centrada no teatro – teatro físico, música ao vivo, novo circo - e parece contrariar a sazonalidade, típica destas localidades, promovendo atividades nos meses de janeiro, maio, novembro e dezembro. Para fazer esta análise, utilizarei não só o conceito de “art of the locality” (Kester, 2011,) como também os contributos de Markusen e Brown (2014). Mostrarei que, em Lavar o Mar, os projetos são experienciados como “património da terra” e representam muito trabalho colaborativo que mistura e celebra o local, os seus produtos, festas, tradições e rituais, os seus habitantes, portugueses e estrangeiros, residentes ou turistas. Trata-se de uma ligação que parece de grande proximidade e envolvimento com as pessoas e a natureza, que apela à participação e oferece ao público contextos de convivialidade, articulando arte e turismo, “passeios pelas serras, pelas praias, pelas vilas” (v. programa do Festival).

Referencias bibliográficas

Borges, V. (2017) “Cultural organizations, collaborative contexts and publics: How they become small communities, PJSS (artigo aceite para publicação).

Kester, Grant H. (2011) The one and the many. Contemporary collaborative art in a global context, London: Duke University Press.

Markusen, A., Brown, A. (2014) “From audience to participants: new thinking for the performing arts”. *Análise Social*, 213, xlix (4.º), pp. 866-883.

Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Maria Matos: que perfis e missões?

Vera Borges

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Vera.Borges@iscte-iul.pt

Resumo

Nos últimos anos, temos vindo a assistir ao aparecimento de um importante número de artistas, profissionais da cultura e instituições que se organizam em torno de projetos que enfatizam o papel das comunidades e bairros vizinhos.

Nos anos 60, a arte feita a partir dos lugares e das especificidades dos seus habitantes locais emergia como uma reação dos artistas à mercantilização da arte, fazendo prevalecer a sua autonomia, mas também a sua universalidade. Já durante os anos 70 e 80, este tipo de arte foi intersectado pela land art, process art, arte conceptual, comunitária, performance, instalação e arte pública. Os criadores insistiam que não se separa o trabalho artístico do local onde ele é feito e das pessoas que o habitam. Muitos destes projetos tiveram a sua inspiração na pedagogia crítica de P. Freire (1972) e nas técnicas do Teatro do Oprimido de A. Boal (1979).

Nos dias de hoje, assiste-se à apropriação e reinvenção de algumas destas práticas artísticas. Mas isso não acontece apenas nos chamados pequenos “teatros de bairro” (Borges, 2015). As grandes instituições culturais lisboetas procuram abrir as suas portas e levar o teatro ao bairro ou trazer os seus habitantes até à sala de teatro. Trata-se de uma aproximação a públicos socialmente mais alargados, através de processos e dispositivos de participação que visam tornar o teatro um espaço mais aberto, a chamada *venue*, de que nos falam os protagonistas e diretores do Teatro Nacional D. Maria II, Tiago Rodrigues, e do Teatro Maria Matos, M. Deputter (entretanto diretor da Cultigest). Produzem-se, assim, novos programas e discursos em torno das grandes instituições da capital que, no fundo, refletem novos perfis e missões.

A partir dos contributos teóricos da sociologia da arte, história do teatro, estudos urbanos, e utilizando as entrevistas e outros materiais qualitativos, pretendo: (1) descrever as formas através das quais os grandes teatros – o Teatro D. Maria II, “teatro da nação” (Brilhante, 2014) e o Teatro Municipal Maria Matos – convidam à participação de habitantes locais, amantes do teatro, e a comunidade em geral; (2) analisar as condições relacionais destas práticas e (3) os seus desafios de hoje.

Referencias bibliográficas

Boal, A. (1979) Theatre of the Oppressed, London: Pluto.

Borges, V. (2015), “Le théâtre se fait dans le quartier. Une étude des troupes portugaises à vocation locale”, Revue Registres, Dossier Théâtre et développement durable, n° 18, Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, pp: 54-64.

Borges, V. (2017), “Cultural organizations, collaborative contexts and publics: How they become small communities, PJSS (artigo aceite para publicação).

Borges, V. (2017), Arte colaborativa: uma observação localizada dos teatros e dos seus públicos, Revista Etnográfica (artigo aceite para publicação).

Brilhante, M. J. (coord.) (2014), Teatro Nacional D. Maria II. Sete olhares sobre o teatro da nação. Lisboa: INCM & TNDMII.

Freire, P. (1972), Pedagogy of the Oppressed, Harmondsworth: Penguin.

A governança local em áreas urbanas em crise: desafios e questões emergentes para a análise das políticas públicas

Alessandro Colombo

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL), Doutorando em Políticas Públicas

alessandro.colombo_urb@virgilio.it

Resumo

A presente comunicação enquadra-se no projecto de tese, actualmente em curso, intitulado “Novas formas de governança multinível nas políticas urbanas. Oportunidade, limites e paradoxos nos processos de regeneração em áreas urbanas em crise”. A questão de partida da tese prende-se com a verificação da adequação das formas de governança aos desafios que as áreas urbanas em crise colocam as políticas públicas (OCDE, 1998; Conway e Convitz, 2000; Henriques, 2011), e dos mecanismos desencadeados como resposta a estes desafios com vista a facilitação de mudanças positivas na qualidade de vida das populações.

Neste workshop pretende-se apresentar reflexões iniciais relacionadas com as primeiras fases em desenvolvimento, correspondentes com (i) a definição e estabilização do quadro teórico-conceptual e da problematização da sua questão de partida, (ii) do modelo de análise (Campenhoudt & Quivy, 1998) e da construção das suas dimensões, suportadas pela (iii) análise do conteúdo de algumas entrevistas exploratórias conduzidas á interlocutores privilegiados.

De forma a lançar pistas de reflexão a volta das formas de governança nestas áreas, e a partir da construção de uma grelha de síntese das principais abordagens á governança no domínio específico das políticas urbanas que aprofunde as diferentes posições epistemológicas, será analisado o objecto empírico da tese, a medida de política pública Iniciativa Bairros Críticos (IBC) implementada no período 2005-2013, contribuindo assim para o debate sobre a gestão e avaliação de programas integrados com incidência em áreas urbanas em crise.

A IBC foi um programa experimental de qualificação urbana com incidência em três territórios específicos: Cova da Moura (Amadora), Val da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto) e foi desenhado com o pressuposto de construir condições (mecanismos) para a mudança de forma a ultrapassar os limites de outros programas experimentais precedentes igualmente orientados para

a inovação em políticas públicas, tal como o da programação comunitária, passíveis de serem sucessivamente replicados em outros territórios e contextos.

Por conseguinte, a ratio subjacente pretendia operacionalizar este pressuposto a partir do desenvolvimento de processos de inovação inter-organizacional potencialmente transformadores. A governança surgia então caracterizada como sistema de co-produção de princípios publico-coletivos e compromissos formalizados, vocacionados à ativação de recursos latentes definidos em diferentes escalas nos (e pelos) territórios, capazes de levar no médio-longo prazo para as mudanças acima referidas.

Neste quadro, resulta evidente como a concretização da governança em contextos altamente experimentais não se configure como um processo linear, nem as variáveis subjacentes aos seus resultados sejam directamente equacionáveis *á priori*. Pelo contrário é um processo por vezes perverso cujo entendimento, quer para a sua análise quer para a sua avaliação, prende-se com a necessidade de entender as perguntas de natureza epistemológica e de natureza ontológica e os mecanismos reais por detrás das quais constam específicos impactos territoriais.

Porém, a reflexão nestes termos no debate nas políticas públicas tem sido inversamente proporcional à consolidação dos processos de transformação que fizeram com que “o espaço urbano seja cada vez mais metropolitano” (OCDE, 2015).

Os impactos territoriais, bem como a sua tradução em efeitos positivos ou negativos para as populações que nestes territórios residem, dependem também (mas não unicamente) da flexibilidade da governança como prática-acção em concretizar-se em programas integrados capazes de instalar-se em agendas de políticas pre-existentes e encontrar janelas de oportunidade (Kingdom, 2011) para a sua afirmação como *modus operandi* consolidado. Frequentemente, a bondade dos resultados derivantes desta passagem depende da “criação de quadros institucionais contrapostos aos mecanismos tradicionais de gestão urbana local” (Guentener & Padovani, 2005), tendo que enfrentar: (i) desafios sociais novos próprios do presente “século metropolitano” (OCDE, 2015), que levam para que as políticas sejam cada vez mais “incertas” (Balbo, 2012) quanto aos seus impactos nos territórios; (ii) a inexistência de quadros regulamentares (Le Gales & Vitale, 2015) que a suportem e, por conseguinte, (iii) a extrema “dependência do contexto” (Pierson, 2005) frequentemente caracterizada pela fraca experiência de práticas institucionais e de modelos culturais de acolhimento ou, de contraponto (quando existem), pela perda de memória das mesmas como consequência de quebras nos ciclos de políticas.

A delimitação dos quadros de referência teórico-conceituais inicialmente referidos, corroborados pelos primeiros resultados das entrevistas exploratórias através de uma perspectiva contrafactual

e de uma lógica retrodutiva dos mecanismos relevantes, permitirão assim melhor esclarecer estas inquietações em função da questão de partida da tese. Será assim possível e delinear uma primeira visão da narrativa de desenho e implementação da IBC do ponto de vista da governança, tendo em conta os conhecimentos mobilizados dentro dos modelos multinível e colaborativos (Ansell e Gash, 2006), considerados como os mais adequados para este fim.

Bibliografia

B Ansell C., e Gash A., (2007), Collaborative Governance in Theory and Practice, JPART, Vol.18, pp.543-571.

Balbo M, (2012), Piani risoluti per incerte società', Archivio di Studi Urbani e Regionali, No. 104, pp.15-30, Ed. Franco Angeli.

Campehouth L., Quivy R., (1998), Manual de Investigação em Ciências Sociais, Coleção Trajectos, Ed. Gradiva.

Conway M., e Conwitz J., (2000) Meeting the challenge of Distressed Urban Areas, Urban Studies, Vol.37, No.4, 749-774.

Guentner S., Padovani L., (2005), The Role of Inhabitants in urban policies, projects and management, Revue Urbanisme, Berlin.

Henriques, J.MH. (2011), Acção contra a pobreza em áreas urbanas em crise: desafios e possibilidades, Revista Sociedade e Trabalho, Vol.41, pp.9-26.

Le Gales, P., Vitale T., (2015) Disuguaglianze e Discontinuità nel governo delle grandi metropoli. Un'agenda di ricerca, Rivista Territorio, Ed. Franco Angeli No.17, pp.7-17.

OCDE (1998), Integrated Distressed Urban Areas, OCDE Publishing,

OCDE (2015), The Metropolitan Century. Understanding urbanization and its consequences, Paris.

Pierson, P. (2005), Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics, The American Political Science Review, Vol.94, No.2. (Jun., 2000), pp.251-267.

Kingdom, J., (2011), Agendas, Alternatives, and Public Policies, Ed. Longman.

Research-based spin-off networks and knowledge dissemination across organisational and spatial boundaries

Oscarina Conceição

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

oonceicao@ipca.pt

Cristina Sousa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Margarida Fontes

Laboratório Nacional de Energia e Geologia e DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Abstract

The increase in the number of research based spin-offs (RBSOs) has led the growth of the research aiming at assessing the performance of these companies and understanding their impact (Mustar et al, 2006; O'Shea et al, 2005; Wright et al, 2007). The literature shows that RBSOs are characterized by the science-based nature of the knowledge being exploited, the close relationship with the parent organisation and specific firms' internal features (Djokovic and Souitaris, 2008; Helm and Mauroner, 2007; Mustar et al, 2006; Phan and Siegel, 2006).. Given the particular characteristics of these firms, measuring their impact by traditional indicators, such as employment and turnover, is insufficient. Thus, several empirical studies have focused, on the one hand, on the impact of spin-offs firms on research organizations, in particular on the Parent institution (Heblich and Slavtchev, 2013, 2013; Semadeni and Cannella, 2011) and, on the other hand, on their economic and regional impact (Bathelt et al, 2010; Buenstorf and Geissler, 2011). These studies have namely pointed out that RBSOs impact is more clearly expressed through the value they create in knowledge and innovation networks, as agents of knowledge acquisition, transformation and diffusion (Autio, 1997; Fontes, 2005; Harrison and Leitch, 2010; Perez and Sanchez, 2003; Walter et al, 2006). At this level, RBSOs have been described as having the conditions to play an intermediary role between the research produced upstream, in research institutions, and other organisations – namely established firms – located downstream in the value chain. However this role of RBSOs as bridges between academia and industry is still very much underexplored.

The objective of this paper is to address this gap, contributing to understand whether RBSOs are effectively acting as knowledge dissemination mechanisms, through their position in networks, and which is the organisational and spatial reach of their activities.

For this purpose, the paper investigates the networks established by Portuguese RBSOs, at national and European level, in the context of formal collaborative research, technology and development (RTD) projects.

The analysis was based on a self-collected dataset of the known population of RBSOs, created in Portugal until 2007. In order to identify the networks, the research draw on two sets of data: collaborative RTD projects funded by national support programmes and conducted in Portugal (National Innovation Agency database) and joint RTD projects conducted in the context European Framework Programmes (CORDIS database), between 1992-2014. The projects with spin-off involvement were identified: 453 projects, of which 237 Portuguese and 216 European. The analysis addressed the formal networks formed by RBSOs in the context of these projects, focusing on partner composition in order to investigate: i) whether it is possible to discern specific patterns of behaviour among RBSOs that suggest the performance of an intermediary role; ii) whether this role differs in national and international networks.

The first step of the analysis involved comparing the national and European networks along several dimensions. This analysis uncovered effective differences between the two types of networks, which were explained by the diverse nature and scope of European and national projects; and which suggested different roles for RBSOs in each case. Thus, the next step focused on the RBSOs active in European projects, and investigated their partnerships with other Portuguese organisations, in order to explore their potential role as knowledge conveyors towards these organisations. This included: i) an analysis of the partnerships with other Portuguese organisations in the context of European projects, in order to understand whether RBSOs might act as bridges within specific projects, or as conveyors of knowledge across projects and partners; ii) for RBSOs that participated in both national and European projects, a comparison of the Portuguese component of the networks formed in national and international projects, to assess whether or not they involved the same and/or similar type organisations, in order to explore RBSOs potential role as knowledge conveyors across different networks and country boundaries. In addition, differences between industries concerning the partnerships established with Portuguese organisations were equally investigated.

The results permitted to conclude that the Portuguese RBSOs have the conditions to play an intermediary role relatively to other Portuguese organisations, but that this role is likely to assume different forms in diverse contexts. While in the networks formed by the national projects they are frequently in a position to effectively bridge between research organisation and firms; in the international networks formed by EU projects their most important role may be as connectors and/or conveyors of advanced knowledge produced in the international contexts and the Portuguese organisations with whom they collaborate, either in the EU projects or in Portuguese projects.

References

- Autio, E. (1997). New, technology-based firms in innovation networks symplectic and generative impacts. *Research Policy*. V.26, 263-281.
- Bathelt, H., Kogler, D. and Munro, A. (2010). A knowledge-based typology of university spin-offs in the context of regional economic development. *Thecnovation*. V.30, 519-532.
- Buenstorf, G. and Geissler, M. (2011) “The origins of entrants and the geography of German laser industry”, *Papers in Regional Science*, V.90, 251-270.
- Djokovic, D. and Souitaris, V. (2008). Spinouts from academic institutions: a literature review with suggestions for further research. Success of research-based spin-offs. State of the art and guidelines for further research. *Journal of Technology Transfer*. V.33, (3), 225-247.
- Fontes, M. (2005). The process of transformation of scientific and technological knowledge into economic value conducted by biotechnology spin-off. *Technovation*. V.25, 339-347.
- Harrison, R. and Leitch, C. (2010). Voodoo Institution or Entrepreneurial University? Spin-off Companies, the Entrepreneurial System and Regional Development in the UK *Regional Studies*. V.44, (9), 1241-1262.
- Heblich, S. and Slavtchev, V. (2013). Parent universities and the location of academic start-ups. *Small Business Economics*. V.42, 1-15.
- Helm, R. and Mauroner, O. (2007). Success of research-based spin-offs. State of the art and guidelines for further research. *Review of Managerial Science*. V.1, (3), 237-270.
- Mustar, P., Renault, M., Colombo, M., Piva, E., Fontes, M., Lockett, A., Wright, M., Clarysse, B. and Moray, N. (2006). Conceptualising the heterogeneity of research-based spin-offs: A multi-dimensional taxonomy. *Research Policy*. V.35, 289-308.

O'Shea, R., Allen, T., Chevalier, A. and Roche, F. (2005). Entrepreneurial orientation, technology transfer and spinoff performance of U.S. universities. *Research Policy*. V.34, (7), 994-1009.

Perez, M. and Sanchez, A. (2003). The development of university spin-offs: early dynamics of technology transfer and networking. *Technovation*. V.23, 823-831.

Phan, P. and Siegel, D. (2006). The effectiveness of university technology transfer. *Found Trends Entrepreneurship*. V.2, (2), 77-144.

Semadeni, M. and Cannella, A. (2011). Examining the performance effects of post spin-off links to parent firms: should the apron strings be cut?. *Strategic Management Journal*. V.32, 1083-1098.

Wright, M., Clarysse, B., Mustar, P. and Lockett, A. (2007). *Academic Entrepreneurship in Europe*. Cheltenham: Edward Elgar.

Walter, A., Auer, M. and Ritter, T. (2006). The impact of network capabilities and entrepreneurial orientation on university spin-off performance. *Journal of Business Venturing*. V.21, 541-567.

As ideias económicas e a economia

Ana Costa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

ana.costa@iscte-iul.pt

Resumo

A difusão internacional das ideias económicas está habitualmente associada à circulação de ideias económicas entre o “centro” e as “periferias” e à natureza assimétrica das condições de produção e das relações entre estes espaços. A circulação de ideias económicas e de um conjunto de práticas entre diferentes espaços de produção e reprodução do conhecimento económico - a comunidade académica dos economistas, os especialistas e/ou técnicos de organizações internacionais, os decisores políticos, os jornalistas ou os cidadãos - é outra dimensão importante quando se procura compreender a influência das ideias económicas.

Importa compreender quais são as ideias económicas que contam e porquê e como é que as ideias influenciam a tomada de decisão política e a concepção e implementação de políticas. A circulação internacional de ideias económicas adquire no âmbito nacional uma transmutação em ideias e práticas que influenciam outros profissionais para além dos economistas e que está imbricada em recomendações de política, organizações, na lei e em dispositivos de apoio à tomada de decisão pública, sendo que este processo depende das próprias circunstâncias históricas, institucionais, políticas, económicas, sociais e culturais dos casos nacionais. Daí a variabilidade institucional e a sua natureza eminentemente histórica.

Certas ideias económicas parecem ter um maior poder de convencimento do que outras e em determinadas circunstâncias históricas como as situações de crise económica, social e política. Como Blyth (2007) refere, nestas circunstâncias os atores políticos experimentam uma incerteza, diríamos que não apenas epistémica mas também axiológica, que os priva de um quadro interpretativo sobre o que poderão ser os seus próprios interesses e de uma visão do mundo. Nestas circunstâncias a força das ideias parece ser mais notória - as narrativas que se formam e sobre as quais as ideias económicas tendem a ser muito influentes procuram contar não só “o que correu mal”, mas também “o que deverá ser feito”.

Todavia, o carácter persuasivo de certas ideias económicas, a natureza hegemónica e consensual de certas narrativas necessitam de ser analisados e considerados empiricamente.

Num primeiro momento, no âmbito do projeto OpenEc - A Economia e o ‘mundo real’: o caso do memorando português - a investigação procurou tratar das narrativas que foram oferecidas como subjacentes ao programa de “resgate” português e que ajudaram a definir “o que correu mal” e o que deveria ser feito. Estas narrativas, como se mostra a partir da análise da experiência do “resgate” português, assentaram em certas “visões consensuais” entre economistas e decisores políticos acerca do modo como a economia funciona. As perguntas de pesquisa foram: Terá a ‘surpresa’ resultante de certos acontecimentos como a crise e a experiência dos programas de resgate dado lugar a um processo de revisão e reconfiguração de crenças prévias? Qual o impacto da crise e dos resultados dos programas de ajustamento no corpus de crenças do FMI? Como lida o FMI com a surpresa?

Tomando como objetivo central a explicação do modo como certas ideias económicas influenciam o desenho e a implementação de políticas públicas, procura-se agora, no âmbito do projeto RECON - Que ciência económica se faz em Portugal? Um estudo da investigação portuguesa recente em Economia (1980 à actualidade) - analisar o papel do Banco de Portugal e dos seus economistas e técnicos na veiculação de certas ideias económicas, de certas narrativas, e as razões subjacentes à hegemonia dessas narrativas. O período histórico em análise, desde meados dos anos 80 até à actualidade, constitui um momento de transformação institucional profunda da economia e sociedade portuguesas com o processo de integração europeia e de financeirização. Ambas as pesquisas concorrem para a compreensão dos processos de circulação internacional de ideias económicas e da influência de certas ideias económicas no âmbito nacional ao nível da concepção e implementação de políticas e da reprodução de certas práticas e dispositivos de tomada de decisão.

References

Blyth, M. (2007), “Powering, Puzzling or Persuading?” The Mechanisms of Building Institutional Orders’, *International Studies Quarterly*, 51: 4, pp. 761-777.

Creative milieus at the periphery of the metropolis: From the massification of the city center of Lisbon to the liveliness of “Margem Sul”

Pedro Costa

DINÂMIA’CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)
Department of Political Economy / DINÂMIA’CET-IUL
ISCTE - University Institute of Lisbon
pedro.costa@iscte-iul.pt

Ricardo Lopes

DINÂMIA’CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)
ricardovenanciolopes@gmail.com

Abstract

Creative industries have been an eye-catching object of study in several areas of knowledge in last 30 years. Post-industrial areas and cultural quarters have been widely study both in Global North and Global South due to their socio-economic importance and their role in territorial development. Areas marked by creative ambiances and specific local milieus propitious to the development of creativity and cultural liveliness have been particularly spotted. This paper discusses this contemporary relevance of creative industries in the Metropolitan Area of Lisbon (LMA) centering on the creative dynamics verified in the outskirts of this territory, in a moment of deep socio-economic restructuring. The aim is to analyze the dynamics of the creative industries and the entrepreneurship of the creatives as source of co-production of knowledge, and the way it can be mobilized to promote local development.

Post-industrial tendencies in Portugal affirmed essentially after the end of dictatorship period (1974) and the entrance in European Union (1986), empowering a mono-centrism of Lisbon Metropolitan Area, with the increase of polarization in the city center and the dismantlement of strong economic poles in its peripheries. The tendency for the supremacy of the city of Lisbon, fueled by its condition of capital of the country, monopolized investment logics and emphasized the gap between with neighboring cities.

Projects related with creative industries have followed the international tendencies, whether they were, on one hand, based essentially in the endogenous dynamics of the main cultural quarters of

Lisbon, or were, on the other hand, tributary of specific public and private investments, focused fundamentally on episodic events and flagship projects, with arguable long-term results in term of sustainable local development.

The growing competitiveness of Lisbon in global tourism markets, in the last few years, is changing the image of the city, but also its restructuring dynamics. If in a first phase the tourism economy (in several cases, using cultural economy tools) and the neo-liberal policies to attract foreign investment allowed the restructuring of the city, nowadays huge conflicts between residents and users emerge, associated to massification and gentrification of the city center. In counter-cycle, the limitrophe cities tried to enter in this “game” and capitalize the benefits of recent economic changes.

In this context, this paper aims to understand the endogenous potential of the urban context of Metropolitan Area, in its diversity, and particularly in its peripheral areas. A reflection interested in small initiatives that develop in an informal and ephemeral way by artists who choose the city as stage for their work. Ephemeral artistic interventions that introduced in the city new spaces of public use, performing different public and private spaces, and bringing them to the public sphere, creating also “new” zones that re-gain a utility in the city, contributing to the vitality and symbolic centrality of the areas’.

The Margem Sul area (south bank of Tagus River) presents a series of physical, economic and social characteristics that nurture this endogenous potential, and have shown recently some signs of re-vitalization based on creative industries and knowledge co-production logics.

The city of Barreiro, located in this area, and one of the main ex-industrial centers of the metropolitan area, shows us an interesting agglomeration of alternative art spaces, mostly related with alternative music scenes. Dynamics that have been strengthened by a strong associative tradition related with the different fluxes of people that arrived along the twentieth century. We analyze the main dynamics emerging in this city, seizing the endogenous potential of creative industries to revitalize expectant spaces; particular resilience strategies in territories exposed to greater pressure; and, the role of these processes in a context of economic restructuring.

Keywords: Creative Milieus; Metropolitan Areas; Urban Peripheries; Conflict; Informality; Public Sphere

New urban narratives at the public space: art, territoriality and community development in the Flâneur project

Pedro Costa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)
Department of Political Economy / DINÂMIA'CET-IUL
ISCTE - University Institute of Lisbon
pedro.costa@iscte-iul.pt

Ricardo Lopes

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)
ricardovenanciolopes@gmail.com

Abstract

Analyzing a project developed throughout several European cities (“Flâneur – New urban narratives”) which endeavored new approaches to the relation between art, public sphere and local communities through the way creative processes and exhibition devices on public space are displayed, this paper aims to analyze the relation between the artworks produced, the creative processes and the territories and art worlds where they are developed. Their territorial embeddedness, the contribute they bring to community development, and the way they build their relation with photography art worlds are particularly explored, drawing upon empirical work based on direct observation and interviews to the 24 international photographers as well to some of the curators and producers involved in the network of festivals and cultural institutions that were gathered around this project.

“Flâneur” is a network project involving 20 organizations from 11 different countries. Artists are encouraged to create new interpretations of urban territories, taking the concept of flâneur as their starting point and considering the physical context of the city as a social construct in a state of constant flux and change. During its two-year span, Flâneur project is being developed and presented in 16 cities, mixing internal and external perspectives. The results are displayed in public space, contributing to a process of deconstruction and “democratization” of the access to art, sharing it with an heterogeneous audience. Replicating the city, open and accessible 24 hours a day, the exhibition displays are configured as modular backlit structures, which are adapted to each specific site.

Keywords: Photography, Public space; photo festivals; territory; community development; art worlds.

Um jogo de espelhos: identidade(s) e reputação(ões) num bairro histórico de Lisboa em mudança

Teresa Costa Pinto

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

teresa.pinto@iscte-iul.pt

Madalena Matos

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

madalena.matos@iscte-iul.pt

Resumo

O trabalho que nos propomos apresentar foi desenvolvido no contexto de um projecto internacional : RESTER EN (CENTRE)-VILLE, Résistance et résilience de la ville ordinaire dans quatre quartiers de villes capitales: Paris, Lisbonne, Bruxelles, Vienne coordenado Yankel Fijalkow et Claire Lévy-Vroelant cujo objecto se centra na forma como bairros centrais e populares, atravessados por lógicas de metropolização e gentrificação, conservam dinâmicas de resistência e de resiliência, permitindo que as populações locais permaneçam no centro das cidades.

Este trabalho analisa as questões identitárias num bairro histórico de Lisboa, a Mouraria, actualmente confrontado com uma forte pressão para a mudança. Este bairro, historicamente associado a um estigma proveniente quer da presença de actividades e populações marginais, quer da degradação contínua do edificado e do espaço publico, sofreu recentemente uma operação de renovação urbana conduzindo a um processo de transformação urbana, social, económica e simbólica. Composta por uma população heterogénea, fruto de sucessivas vagas de populações imigrantes, a Mouraria atrai hoje novas populações (habitantes, utilizadores, nomeadamente turistas) seduzidas pelo património histórico urbano e popular do bairro, pelo seu carácter multicultural e pela sua centralidade.

Neste contexto de transformação, interrogamo-nos sobre a forma como a identidade do bairro está a ser (re)contruída e (re)apropriada por aqueles que a reivindicam. Na heterogeneidade social que caracteriza este espaço, poder-se-á falar de uma “identidade de bairro”? Quais as suas componentes? Como são designadas e classificadas? De que forma é mobilizado um certo «espírito do lugar » pelos diferentes grupos sociais? Como é que este espírito molda a relação e o

sentimento de ligação ao bairro? Como se opera este jogo de espelhos entre reputação – a forma como somos vistos de fora – e representações identitárias – a forma como nos vemos? Que estratégias são levadas a cabo para gerir o estigma?

Esta análise tem como base 60 entrevistas em profundidade, realizadas a habitantes/utilizadores do bairro, seleccionados de acordo com o seu perfil social e estatuto no bairro.

Os resultados demonstram dois processos paralelos: por um lado, um processo de apropriação identitária protagonizada pelos novos residentes, sobejamente conhecido dos estudos da gentrificação, que mobiliza os “atributos” do bairro, instrumentais (centralidade), socio-afectivos (reconhecimento, interação, convivialidade, bairro-aldeia) e simbólicos (historicidade, autenticidade, multiculturalidade, bairrismo), marcando a relação e o sentimento de ligação ao bairro; por outro, um processo de afirmação identitária através do qual os residentes “autóctones” reforçam uma imagem identitária, reutilizando e reconfigurando o discurso político que presidiu à intervenção urbana (o património histórico e humano do bairro, a interculturalidade). Estes dois discursos confrontam-se, contudo, com duas realidades “pesadas” (hostis?): a crescente presença de estrangeiros, imigrantes ou turistas, fenómeno recente no bairro, precedido por outro, massivo, de diminuição da população tradicional; e a presença de populações e actividades marginais (tráfico de droga e prostituição), fenómenos que há muito têm marcado o bairro e que resistiram, uma vez mais, à renovação urbana. É na gestão da integração destas duas dinâmicas que parece jogar-se a reconstrução da imagem identitária/reputação da Mouraria.

Turismo de Base Criativa: Uma Proposta Conceptual

Ana Rita Cruz

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Ana.Rita.Cruz@iscte-iul.pt

Margarida Perestrelo

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

margarida.perestrelo@iscte-iul.pt

Maria Assunção Gato

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

magoo@iscte-iul.pt

Pedro Costa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Department of Political Economy / DINÂMIA'CET-IUL

ISCTE - University Institute of Lisbon

pedro.costa@iscte-iul.pt

Resumo

Nos últimos anos o turismo tem obtido uma considerável atenção dos decisores políticos como actividade económica capaz de induzir impactos positivos nos territórios e nas comunidades receptoras, mesmo em contexto de abrandamento económico. Aos produtos turísticos mais tradicionais tem-se vindo a adicionar componentes ligadas ao aproveitamento de recursos patrimoniais, culturais e criativos, muitas vezes como ofertas complementares. A ideia de turismo criativo, que remete para a oferta de oportunidades aos visitantes para desenvolver o seu potencial criativo através da participação activa em cursos e experiências de aprendizagem, características do destino turísticos que visitam (Raymond e Richards, 2000), é uma abordagem introduzida e usada no âmbito académico mas que também está presente nos documentos estratégicos que têm definido as linhas orientadoras para o desenvolvimento de políticas públicas e para a aplicação dos fundos estruturais.

Esta comunicação pretende debater o conceito de turismo criativo, sublinhando o seu potencial explicativo para compreender uma determinada forma de turismo e estruturar a intervenção para estimular as dinâmicas culturais e criativas. Partindo da revisão da literatura especializada no tema, a comunicação aponta os limites deste conceito, sugerindo em alternativa a noção de

turismo de base criativa, que remete para uma prática turística direcionada para a criação artística e a co-criação ou acumulação de conhecimento de cariz estético e simbólico, que seja fortemente baseada numa imersão nas dinâmicas e atmosferas específicas de cada território, alavancando dessa forma o sector cultural e criativo local. A comunicação termina com uma reflexão sobre as implicações, em termos de políticas públicas, de se adoptar como referência a noção de turismo de base criativa, em vez de um conceito fechado e de abrangência mais limitada como o de turismo criativo, para o desenvolvimento estratégico de um destino turístico.

Palavras-Chave: Turismo cultural; Turismo criativo; Dinâmicas criativas; Sector cultural e criativo; Desenvolvimento territorial.

Co-evolutionary dynamics of policy and advanced energy system development

Margarida Fontes

Laboratório Nacional de Energia e Geologia e DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

margarida.fontes@lneg.pt

Nuno Bento

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Vanja Karadzic

Gabinete de Estudos e Estratégia - Fundação para a Ciência e Tecnologia

Tiago Santos Pereira

Gabinete de Estudos e Estratégia - Fundação para a Ciência e Tecnologia

Abstract

The transition to a sustainable energy system is a major societal challenge, which involves profound transformations in existing socio-technical systems (Markard, 2017; Markard et al, 2012) and requires comprehensive and consistent policy support (Rogge and Reichardt, 2016; Kivimaa and Kern, 2016). The ongoing transition is characterised by the emergence of a variety of renewable energy technologies evolving at different paces (Ellabban et al, 2014), which simultaneously co-exist and compete for attention and resources (Verbong et al, 2008). Thus, policy formulation involves decisions regarding the role of different renewable technologies in a broader policy strategy; and the definition of a mix of policy instruments that accounts for the requirements of individual technologies, and the complementarities between them (Rogge and Reichardt, 2016). In order to understand the conditions that shape the development of the socio-technical systems being built around these technologies, it is therefore necessary to gain a better grasp of the processes that influence the definition and change of the policy mixes addressing them.

The innovation policy literature has increasingly pointed out that policy making is influenced by a variety of factors and shaped by a multiplicity of actors, internal and external to the policy space (Flanagan and Uyarra, 2016). Given the emergent nature of the technologies policy making is also a dynamic and potentially non-linear process, where changes in actors' expectations about

the technologies (Bakker and Budde, 2012) or actual changes in technology trajectories (Geels and Raven, 2006) can have important impacts upon decisions regarding (modes of) policy support.

Against this background it is proposed that an understanding of the process of policy definition and change will require examining three interrelated dynamics: i) the impact of policies on the conduction of the socio-technical processes that can drive the development of new “technological niches”; ii) the impact of niche-level processes on policy making, directly through “niche” actors purposive advocacy, or indirectly through the way “niche” trajectories affect policy makers perceptions of technologies contribution to economic and social goals; iii) the impact of “external shocks” with unanticipated effects, that induce changes in system trajectories and/or in policy makers views. In other words, it is necessary to address the co-evolution between policy making processes and system building processes and the ways they affect each other. However, while the co-evolution between policy making and technological change is increasingly referred in innovation policy research, empirical analyses that provide an understanding of the actual processes taking place and the factors that shape them, are still scarce (e.g. Hoppman et al, 2014; Reichardt et al, 2016; Matti et al, 2017).

The research addresses this gap, combining theoretical contributions from two streams of literature - socio-technical transitions and policy studies - to investigate the interplay between the policy making process and the building of the new socio-technical system. Regarding the former stream draws on the strategic niche management literature which address the processes that enable niche development and breakout (Geels and Raven, 2006; Smith and Raven, 2012; Kivimaa and Kern, 2016), and on the literature on expectations (Bakker et al, 2011; Bakker and Budde, 2012). Regarding the latter stream, it draws on conceptualisations of policy mix for sustainability transitions that integrate policy strategies, instrument mixes and policy processes (Rogge and Reichardt, 2016); on critical approaches to innovation policy that highlight its emergent and complex nature (Flanagan and Uyarra, 2016) and on literature that addresses actor roles in policy making and policy change (Sabatier and Weible, 2007; Markard et al, 2016).

This conceptual approach is used to support the empirical analysis of the process of formulation, implementation and change of a policy mix aiming at the development and diffusion of marine renewable energies in Portugal, with a focus on the interplay between the processes that took place at policy level and the dynamics of the niche(s) where technologies were developed. The objective is to investigate how such interplay can contribute to explain a cycle of policy support, policy divestment and policy re-orientation; and its impact on the evolution of the emerging system.

The results show that political decisions on the definition of a strategy, on the formulation and implementation of policy mixes and on changes in level and modes of policy support effectively resulted from intense interactions between the “policy space” and the emerging “socio-technical space”, as well as from their interplay with broader “external” political or socio-economic developments. They also show that processes apparently internal to the “policy space” were influenced by processes taking place in the “socio-technical space” and resulting from the proactive behaviour of system actors. It is concluded that policy making to foster the development of new socio-technical systems is complex and non-linear: not only policy level and system level processes are shown to be multifaceted and uncertain in their own right, but they also interact over time influencing (positively or negatively) each other dynamics.

This presentation adds to recent literature that moves beyond an analysis of the impact of innovation policies on the development of new technologies, acknowledging that policy making is not an abstract process, rather is shaped by the interests and efforts of a variety of actors from inside and outside the policy space. More generally, it adds to the broader debate on the co-evolution between policy making and technological change. The presentation also provides a brief account of the ongoing research on sustainable transitions around the ocean energy system in Portugal.

References

- Bakker, S. and Budde, B. (2012) Technological hype and disappointment: Lessons from the hydrogen and fuel cell case, *Technology Analysis & Strategic Management*, 24: 549-563.
- Bakker, S., Van Lente, H. and Meeus, M.T.H. (2011) Arenas of expectations for hydrogen technologies. *Technological Forecasting and Social Change* 78: 152-62.
- Ellabban, O., Abu-Rub, H. and Blaabjerg, F. (2014) Renewable energy resources: Current status, future prospects and their enabling technology, *Renewable and Sustainable Energy Reviews* 39: 748–764.
- Flanagan, K. and Uyerra, E. (2016) Four dangers in innovation policy studies – and how to avoid them, *Industry and Innovation*, 23: 177-188.
- Geels, F.W. and Raven, R. (2006) Non-linearity and expectations in niche-development trajectories: ups and downs in Dutch biogas development (1973–2003). *Technology Analysis & Strategic Management* 18, 375-392.

- Hoppmann, J., Huenteler, J. and Girod, B. (2014) Compulsive policy-making — The evolution of the German feed-in tariff system for solar photovoltaic power. *Research Policy* 43(8): 1422-1441.
- Kivimaa, P. and Kern, F. (2016) Creative destruction or mere niche support? Innovation policy mixes for sustainability transitions. *Research Policy* 45(1): 205-217.
- Markard, J. (2017) Sustainability Transitions: Exploring the emerging research field and its contribution to management studies, Paper presented at the 33rd EGOS Colloquium Copenhagen, July 6-8, 2017.
- Markard, J., Raven, R. and Truffer, B. (2012) Sustainability transitions: An emerging field of research and its prospects. *Research Policy*, 41(6), 955-967.
- Markard, J., Sutera, M. and Ingold, K. (2016) Socio-technical transitions and policy change – Advocacy coalitions in Swiss energy policy, *Environmental Innovation and Societal Transitions* 18: 215–237
- Matti, C., Consoli, D. and Uyarra, E. (2017) Multi level policy mixes and industry emergence - The case of wind energy in Spain, *Environment and Planning C. Government and Policy*, 35: 661-683.
- Reichardt, K., Negro, S.O., Rogge, K. S. and Hekkert, M. (2016) Analysing interdependencies between policy mixes and technological innovation systems: the case of offshore wind in Germany. *Technological Forecasting and Social Change*, 106: 11-21.
- Rogge, K. S. and Reichardt, K. (2016) Policy Mixes for Sustainability Transitions: an extended concept and framework for analysis. *Research Policy* 45 (8):1620–1635.
- Sabatier, P. and Weible, C. (2007) The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: Sabatier, P. (Ed.) *Theories of the Policy Process*. Westview Press, Boulder, CO, pp. 189–220.
- Smith, A. and Raven, B. (2012) What is protective space? Reconsidering niches in transitions to sustainability. *Research Policy* 41: 1025–1036.
- Verbong, G., Geels, F. and Raven, R. (2008) Multi-niche analysis of dynamics and policies in Dutch renewable energy innovation journeys (1970-2006): hype-cycles, closed networks and technology-focused learning. *Technology Analysis & Strategic Management*, 20: 555-573.

A influência da comercialidade na definição do quadro jurídico dos recursos genéticos marinhos – investigação científica e ‘bioprospeção’

Maria Inês Gameiro

DINÂMIA’CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

maria.ines.gameiro@gmail.com

Resumo

A comercialidade constitui um fator essencial no desenho dos regimes jurídicos e o novo caso dos recursos genéticos marinhos, objeto tanto de atividades de investigação científica como de exploração comercial ou bioprospeção, constitui um exemplo particular, pela atualidade, sublinhada pelo crescimento da indústria biotecnológica, pela ausência de um regime jurídico claro, mas também pelas dificuldades que se apresentam à sua criação. A regulação desta matéria está entre os principais desafios do direito do mar dos últimos anos.

Atualmente, os países ricos em biodiversidade, entre os quais se encontram diversos países menos desenvolvidos, temem não beneficiar da exploração dos recursos localizados nos espaços sob a sua jurisdição. Por outro lado, diversos Estados sustentam que uma regulação excessiva da exploração comercial poderá por em causa a própria investigação científica, numa área em que unanimemente se reconhece que o conhecimento é ainda muito escasso. Existem ainda outras implicações, como as questões ligadas à propriedade intelectual, especialmente as patentes resultantes deste tipo de recurso.

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) define que os Estados deverão facilitar o acesso aos recursos genéticos marinhos, enquanto a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) estabelece um princípio geral, que se poderá considerar mitigado, de discricionariedade dos Estados nesta matéria.

A CDB define ainda uma obrigação geral de cooperação, no que respeita à investigação científica, o dever de transferência de tecnologia e ainda o dever de repartição de benefícios, incluindo económicos. A ideia de que as perspectivas de *royalties* nesta área são distantes parece ser contrariada pelos inúmeros estudos que sustentam as avultadas possibilidades de lucro resultantes da indústria biotecnológica – mesmo que isso não suceda na maioria das pesquisas encetadas. A prática de limitar os benefícios do Estado de origem dos recursos a atividades de *capacity*

building, “organização de seminários”, “co-autoria de publicações internacionais”, “intercâmbios de estudantes e profissionais”, sendo essencial, não exclui o direito a *royalties*, embora seja esse o caminho que alguns Estados “investigadores” parecem querer percorrer.

Procura-se demonstrar que o confronto entre atividades de natureza comercial e de natureza científica é particularmente complexo neste caso, com implicações na atribuição de autorizações por parte dos Estados, na proteção ambiental ou na propriedade intelectual e partilha de benefícios, num quadro espacial de titularidade do Estado.

Sendo este um dos principais debates em curso nas Nações Unidas, importa apresentar os principais vetores que encerra e os caminhos que se desenham para o futuro.

Valor Reputacional e Consumo da Cidade: Lisboa como exemplo

Maria Assunção Gato

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

magoo@iscte-iul.pt

Pedro Costa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Department of Political Economy / DINÂMIA'CET-IUL

ISCTE - University Institute of Lisbon

pedro.costa@iscte-iul.pt

Resumo

O uso de representações espaciais apelando a características distintivas e rotulagens de vários tipos é, cada vez mais, uma estratégia corrente usada por muitas cidades, com o objetivo não só de construir uma reputação que acrescente valor ao espaço urbano, como também de atrair mais investimento e novas dinâmicas de utilização e consumo. Apesar da preponderância que os fatores económicos assumem neste contexto, existem outros fatores que, a montante, concorrem para a diferenciação territorial através da criação de reputação e de valor. As características históricas e arquitetónicas, as experiências sociais, as relações afetivas e as representações simbólicas geradas em torno dos territórios são elementos igualmente importantes para entender como eles podem ser valorizados, promovidos e consumidos, mas também como se pode fazer uso da reputação construída para aumentar as desigualdades sociais no acesso a certos territórios urbanos.

Tendo Lisboa como estudo de caso, é objetivo desta apresentação ilustrar a forma como a cidade está a fazer uso do valor de reputação construído para legitimar algumas orientações e políticas públicas e, conseqüentemente, como é que a cidade reage a tudo isso através das múltiplas tensões e conflitos que se têm vindo a multiplicar. A análise será feita com base em três conjuntos de utilizadores/consumidores distintos: os residentes; os turistas e os investidores.

Palavras-Chave: Valor; Reputação; Consumo; Tensões e conflitos

Regulating Risk in the Big Data Age: Revisiting Risk Society and Risk Regulation Theories

Maria Eduarda Gonçalves

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

mebg@iscte-iul.pt

Abstract

In the 80s, Beck coined modern society a “risk society” referring mainly to the environmental impacts of technological and industrial developments. More recently, risk discourse has been in some way extended to security issues and the use of Information and Communication Technologies (ICT).

The risk society theory gave rise to prominent theoretical, as well as institutional and legal innovation, particularly in the domains of environmental policy and regulation and related fields. The interface of public policy and expertise, the consultation and participation of stakeholders and the public have been specifically addressed.

Conversely, despite current threats arising out of the extensive use of digital technologies, the risk society paradigm does not seem to give rise to equivalent theoretical or institutional developments.

Actually, so-called big data and related data mining and data analytics are opening up immense tools both for the biggest online stakeholders (Google, Facebook, etc.), and for public regulators to anticipating several sorts of hazards, including security risks, by collecting and analysing data from either surveillance tools, in urban areas for example, or individuals’ social networking activities, among other. The Internet also offers new means for communicating with the public. Yet, the other side of the coin are the ensuing threats for privacy, data protection and fundamental rights and freedoms more generally. A debate is thus required to weigh the opportunities and the various kinds of “risks” arising from the globalised uses of personal data in sensitive domains, as well as on appropriate regulatory tools.

STS (Science, Technology and Society) studies have contributed a significant body of scholarship on risk regulation and governance, which may illuminate some of the new challenges of ICT governance. In this presentation, we draw on insights from risk society theory, and from risk regulation theory and practice, to address some current issues of ICT governance in the big data age.

Key words: Information and Communication Technologies, governance, risk, big data, fundamental rights.

Avaliação e gestão dos riscos não comprovados: estudo de casos da aplicação do princípio da precaução em Portugal

Vasco Gonçalves

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

vasco.goncalves@iscte-iul.pt

Resumo

A aplicação do princípio da precaução na avaliação e na gestão do risco em resposta aos atuais desafios sociais relacionados com os riscos complexos, tecnológicos e emergentes, caracterizados por elevados níveis de incerteza científica e de gravidade dos danos potenciais, tem sido marcada por alguma ambiguidade na interpretação do conceito de precaução, pela insuficiente caracterização dos impactes potenciais das atividades económicas para a saúde pública ou para o ambiente e pela falta de mecanismos e de quadros operacionais de apoio à decisão.

A diversidade de situações, a inexistência de normativos precisos, os interesses múltiplos (ambientais, económicos e sociais) para ponderar, dificultam o papel do decisor, para mais num quadro de incerteza. Nas disputas em tribunal, em particular, os juízes sentem dificuldades na realização de análises baseadas em factos com origem em outros ramos da ciência e da técnica que não a ciência jurídica.

Por isso, as condições da aplicação do princípio da precaução têm sido muito condicionadas por factores como os objetivos dos decisores, as suas atitudes face ao risco e as regras e critérios de decisão que utilizam, dificultando o funcionamento da justiça administrativa e gerando discricionariedade, ambiguidade e imprevisibilidade quanto ao sentido das decisões.

Neste artigo, pretende-se clarificar o modo como o princípio da precaução tem sido interpretado e aplicado pelos tribunais em Portugal na análise de conflitos associados à existência de perigos incertos para o ambiente ou para a saúde pública.

Pretende-se, finalmente, contribuir para o debate sobre quando e como aplicar medidas de precaução e para a melhoria das condições de aplicação deste princípio na avaliação e na gestão dos riscos ambientais.

Para isso, considera-se um conjunto recente de dez processos judiciais relevantes, relativos a ações em áreas de atividade envolvendo riscos ambientais, e em que é considerada a aplicação do princípio da precaução, e analisam-se as decisões dos tribunais nas várias instâncias judiciais e a respectiva fundamentação.

Com o objetivo de avaliar o grau de consistência da aplicação da precaução em relação à análise de riscos comparáveis e a proporcionalidade das decisões dos diferentes tribunais face à gravidade dos riscos foi desenvolvido um quadro teórico de análise baseado no seguinte conjunto de atributos fundamentais da aplicação do princípio da precaução: natureza dos riscos (nível de incerteza e gravidade do perigo potencial), nível de exigência de prova, nível de severidade das medidas aplicadas.

O estudo realizado permitiu constatar as posições diferenciadas entre tribunais com argumentos contraditórios perante o mesmo caso ou perante casos semelhantes, reconhecendo os perigos existentes mas atribuindo-lhes diferentes níveis de gravidade e de incerteza, exigindo diferentes níveis de prova ou dando prioridade a diferentes interesses.

No entanto, foi possível constatar, nos tribunais das instâncias inferiores, uma maior propensão para decisões favoráveis à concessão de providências cautelares (o que corresponde à aplicação da precaução na sua versão mais severa) nos Casos em que poderá estar em causa a saúde humana (nas áreas da co - incineração de resíduos e das linhas de energia de alta tensão). Nos Casos em que os riscos mais relevantes são relativos ao ambiente natural (barragem e parque eólico), os tribunais decidem contra a concessão de providências cautelares, procurando assegurar a prossecução das atividades e dos interesses económicos.

Porém, as decisões do Supremo Tribunal Administrativo, sempre desfavoráveis à concessão de providências cautelares, parecem representar, finalmente, a prioridade atribuída aos interesses económicos e à riqueza do País, em desfavor de interesses ambientais, de âmbito mais local ou regional.

Os resultados obtidos neste estudo permitem concluir, no mesmo sentido de outros estudos teóricos e empíricos realizados noutros países, que, de modo a contrariar o recurso a informação pouco clara e insuficiente quanto às incertezas existentes, levando à percepção de níveis diferenciados de gravidade dos riscos e conduzindo a decisões contraditórias, será desejável que a regulamentação do princípio da precaução possa vir a dispor de requisitos e de critérios mais explícitos quanto ao esclarecimento sobre os riscos e a ponderação de interesses, nas diferentes áreas de actividade, e quanto à proporcionalidade das decisões.

Neste contexto, será muito importante que os tribunais possam dispor do apoio técnico e de orientação de uma *expertise* científica de qualidade relativamente à análise da informação ambiental e económica.

A cidadania na investigação

Pierre Guibentif

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

pierre.guibentif@iscte-iul.pt

Resumo

No âmbito da discussão de vários autores contemporâneos (Foucault, Luhmann, Habermas, Bourdieu, Bauman, Teubner, Honneth, Reemtsma, Ost), e, também, de análise sociológica das relações entre direito e política, desenvolvi um conjunto de hipóteses sobre a cidadania nas sociedades complexas, que se trata agora de confrontar com dados empíricos. Dois trabalhos de análise incidindo sobre a investigação que se realiza no ISCTE-IUL fornecem um conjunto de dados que vale a pena aproveitar neste contexto. Um é o balanço da investigação realizada no ISCTE-IUL, elaborado pela Comissão Especializada de Investigação do Conselho Geral 2013-2017, no qual participo como membro da referida Comissão; o outro é o inquérito aos programas individuais de investigação dos membros do Dinâmia'CET-IUL, realizado pela actual Direcção do Dinâmia'CET-IUL, da qual faço parte.

As hipóteses gerais sobre a cidadania até agora construídas – e que convirá especificar através da construção de instrumentos de investigação empírica – são principalmente três: (1) A experiência da cidadania depende das relações entre, por um lado, sistemas políticos, no sentido restrito da expressão (órgãos de soberania, partidos políticos; que, hoje em dia, funcionam em vários planos sobrepostos: local, nacional, regional, global) e, por outro lado, o universo das outras instâncias onde se debatem a natureza, o âmbito e a orientação de acções colectivas (O conjunto destas duas realidades poderá ser chamado “o político”). (2) A participação individual efectiva nestas duas esferas e no relacionamentos entre estas poderá beneficiar da mobilização de saberes que, historicamente, contribuíram para a génese do político: a ciência, a arte e o direito, assim como de outros saberes especializados que se desenvolveram mais recentemente. (3) Esta participação individual inclui em particular, entre outros factores geradores de força social, momentos de realização individual pela participação na realização de determinados colectivos e na realização de outros indivíduos.

Os elementos recolhidos nestes dois projectos permitem aprofundar estes três aspetos da cidadania de duas maneiras. Por um lado, existem projectos que os abordam em relação a

determinados terrenos empíricos. Por outro lado, o material recolhido fornece também elementos sobre experiências de cidadania ligadas ao próprio processo de investigação.

Pretende-se fazer um balanço provisório da análise destes dois tipos de dados, e propor, nesta base, perspectivas de revisão e operacionalização das hipóteses apresentadas.

Referências

Guibentif, P. (2017), “O direito na constituição da política”, Proceedings of the Primeiro Encontro da Secção “Sociologia do Direito e da Justiça” of the Associação Portuguesa de Sociologia, to be published 2017 in the Series “CESContexto”.

Guibentif, P. (2017), “La Teoría de sistemas ante la globalización: de Luhmann a Teubner, pasando por el outsider Reemtsma”, in Fernando Oliván (ed.), Una aproximación al concepto de globalización y de los derechos humanos en la obra de Niklas Luhmann, Madrid / Luxemburgo, Dykinson / Universidad Rey Juan Carlos / Université du Luxembourg, pp. 26-39.

Guibentif, P. (2017) “Entre agir sociétal et subjectivités – Pour un concept du politique dérivé de Niklas Luhmann”, in Lukas Sosoe (org.), Systèmes psychiques et systèmes sociaux chez Luhmann, Hildesheim / Zürich / New York, Georg Olms Verlag, pp. 99-132.

Guibentif, P. (2016) "Societal Conditions of Self-Constitution The Experience of the European Periphery " in Přibáň, Jiří (ed.), Self-Constitution of European Society. Beyond EU Politics Law and Governance. London and New York, Routledge (Applied Legal Philosophy), pp. 274-313.

Wicked Problems e Planeamento Territorial para a Resiliência: *Knowledge Alliances*, Desafios Metodológicos e Perspectivas da Investigação Transdisciplinar

José Manuel Henriques

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

jose.henriques@iscte-iul.pt

Resumo

O reconhecimento de problemas sociais como *wicked problems*, a complexidade acrescida da sua expressão contemporânea e a impossibilidade de prevêr a ocorrência e de calcular o risco associado a eventos raros (*Black Swan problem*) convidam ao aprofundamento das implicações de uma revisita à reflexão teórico-conceitual em desenvolvimento territorial à luz do debate contemporâneo sobre ‘resiliência territorial’ e sobre as condições de que poderá depender a relevância do conhecimento científico a produzir tendo em vista os desafios que se colocam ao planeamento territorial.

No contexto de crise vivido desde 2008, para além do aprofundamento do tema da ‘anti-fragilidade’, tem-se assistido a um assinalável esforço de investigação no domínio da ‘resiliência económica territorial’ tomando como referência de partida a ‘resiliência dos sistemas socio-ecológicos’.

Também este tipo de investigação recente tem retomado temas centrais da transição paradigmática em curso no domínio do desenvolvimento regional que justificam uma análise sistemática. A literatura sobre ‘resiliência económica territorial’ tem vindo a evidenciar o reconhecimento crescente de aspectos *path-dependent* de natureza institucional assim como da centralidade de formas diversificadas de *agency* na possibilidade de acção humana intencional para a resiliência.

Essa evolução permite explorar a possibilidade de que processos de ‘resiliência adaptativa’, de ‘resiliência transformadora’ ou de ‘anti-fragilidade’ possam decorrer de processos de aprendizagem associados à própria experiência ou a experiências de outros contextos. A prospectiva, a antecipação e a ‘resiliência intencional’ pressupõe a necessidade de formas de produção de conhecimento científico não convencionais.

Está em causa o exercício de reflexividade crítica na avaliação da própria experiência ou a exercícios de ‘atribuição de sentido’, ‘tradução’ e ‘recontextualização’ a partir do acesso a informação contida em narrativas sobre outras experiências e passível de transformação em conhecimento útil ao contexto de intervenção.

Está também em causa a necessidade de produzir inovação social a partir da identificação de ‘condições de possibilidade’ sobre dimensões empíricas (ainda) não observáveis e pressupõe a identificação de sucesso da acção pela impossibilidade de observação de problemas evitados (logo, não observáveis).

Por outro lado, na promoção da ‘resiliência territorial’ está menos em causa a determinação da probabilidade de ocorrência de eventos predefinidos e mais a capacidade de agir na preservação do essencial (independentemente da expressão que eventos concretos possam conhecer).

Essa perspectiva permite ‘revisitar’ o debate dos anos 70 sobre ‘necessidades básicas’ no quadro da acção para o desenvolvimento e sobre a relação entre esse debate o início da transição paradigmática em desenvolvimento regional que se começou a desenhar com as propostas iniciais de um desenvolvimento regional ‘endógeno’ na resposta aos processos de reestruturação global que se começavam a desenhar na sequência da crise de 1973.

O planeamento territorial para a ‘resiliência’ pressupõe o conhecimento adequado sobre as condições locais *pathdependent* de vulnerabilidade ao risco e o conhecimento sobre condições viabilizadores da acção individual e colectiva na acção para a diminuição de vulnerabilidades e na preparação diferenciada da capacidade de resposta a *black swans* imprevisíveis.

Como vimos, processos dessa natureza poderão associar a antecipação e a intencionalidade humana à identificação de prioridades existenciais a preservar (condições materiais da satisfação de necessidades humanas básicas) e a eventuais vulnerabilidades a evitar.

O planeamento territorial para a ‘resiliência’ pressupõe, assim, a análise da sua relação com as condições viabilizadores da capacitação dos actores locais para a acção adequada. O conhecimento a produzir encontra um contexto organizacional favorável na criação de *knowledge alliances* baseadas no aprofundamento de metodologias de investigação transdisciplinar.

Metodologias deste tipo pressupõem a centralidade de um investigador de base disciplinar com perfil de facilitação de ‘diálogos’ interdisciplinares eventualmente organizados em torno de temas associados a projectos de acção e de ‘diálogos’ entre conhecimento científico e senso comum (atribuição de sentido a expressões diferenciadas de problemas vividos, reformulação, tradução de conhecimento científico em senso comum, devolução, reconstrução, etc.) eventualmente

orientados para a reconstrução de novas formas de conhecimento relevante e útil à acção nos contextos locais.

A experiência apresentada reporta-se à primeira *Knowledge Alliance* com carácter experimental que tem a sua acção focalizada em torno de três projectos em curso na Região Autónoma dos Açores nas freguesias da Maia, Candelária e São Roque (Ilha de São Miguel). Estes projectos encontram-se enquadrados pelo *Laboratório de Economia Solidária para a Inovação Social* (Academia para a Coesão nos Açores (ACA), enquadrada pela Cooperativa Kairós e pela Agência para a Coesão Territorial (AGECTA) em parceria com o Dinâmia-CET-IUL e CICS Nova.

A referida *Knowledge Alliance* de carácter experimental poderá vir a beneficiar da concretização inicial do Projecto DIMAT-SIGA (AGECTA, Dinâmia-CET-IUL e CICS Nova) com a exploração experimental da informação estatística sobre coesão territorial tornada disponível ('Açores-Data') e com a exploração experimental das potencialidades da Plataforma CIARIS-CT (<http://ciaris-ct.pt>) no apoio a metodologias de investigação transdisciplinar visando a capacitação para a acção através de processos de aprendizagem organizados em 'comunidades de prática' virtuais para além das situações presenciais decorrentes da acção corrente. A Plataforma CIARIS-CT assegura o acolhimento de CoP virtuais, a facilitação online de processo e de conteúdo, assim como um centro de recursos de acesso livre.

Types of financial institution and their supply of financial services: the case of microfinance in Europe

Sérgio Lagoa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

sergio.lagoa@iscte-iul.pt

Abdul Suleman

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Extended Abstract

The profit-oriented financial sector has grown in importance and influence, leading some authors to talk about a financialised economy. The question we raise in this paper is what is the role of non-profit oriented financial institutions and public programmes in the microfinance segment.

Microcredit is intended to finance business-start-ups or existing microenterprises, and differs from traditional credit because of the small size of loans, alternative collateral requirements, and traditional methods of credit evaluation (Evers & Jung, 2007).

In most developed countries, the financial sector has grown in importance and influence, leading some authors to talk about a financialised economy (Epstein, 2005, p. 1). The question that we raise in this paper is whether financial services provided by profit-oriented mainstream banks have developed to the point of reaching the poorest in the society; or whether the development of finance in this segment of the financial market is left mainly to non-profit oriented financial institutions and to public programmes.

More generally, non-profit oriented financial institutions may have a different behaviour in the microcredit market as they are largely oriented to low-profitability segments of the credit market. Our hypothesis is that different types of institution, divergent in some fundamental vectors (private/public ownership, profit /non-profit oriented, different governance structures, etc.), originate different outcomes in the microcredit market. The Structure-Conduct-Performance paradigm, initially developed by Mason (1939), argues that market structure, including types of organisation, affects conduct, and this in turn determines the performance of firms and sectors. In our paper we focus on organisation types and their influence on product characteristics (interest rates, diversification of offer, etc.) and on sector performance (risk, dimension, welfare impact, etc.).

The majority of microfinance institutions (MFIs) are small and, in general, they have distinctive characteristics from commercial banks, namely they aim to make a social impact, obtain a reasonable return/risk relationship, and in many cases operational costs are covered by public subsidies and private charity funds on which institutions depend (Kraemer-Eis & Conforti, 2009; Evers & Jung, 2007).

Microcredit in Europe is still a young sector, but it has grown fast. According to data from the 2010/11 European Microfinance Network (EMN) survey¹, between 2003 and 2011, the average annual growth rate in the number of loans was 28.7% and growth in the amount allocated was 22.2%. We can situate the sector in a start-up or consolidation phase.

Savings and cooperative banks are the main traditional actors in microcredit in Europe (European Commission, 2003). However, the microcredit market currently has a variety of institutions that differ in structure, goals, means and approach (Guichandut & Underwood, 2007), and this is in part explained by the diversity of regulatory environments (Underwood, 2006). While NGOs in some countries can grant credit, only banks and governments agencies can do so in other countries like Spain, Germany and Finland. The UK is another example of specific regulation where NGOs have the legal status of Community Development Financial Institutions (CDFIs).

Given the diversity of actors, the focus on microcredit varies widely from organisation to organisation and it is not the main activity for many of them (2010/11 EMN survey). However, Bendig et al. (2012) identify an increase in the number of institutions working only with microcredit.

Evers & Jung (2007) identify four distinct business models in Europe: NGOs with a microfinance driven approach, NGOs with a target group driven approach that support programmes in existing institutions (examples are ICO in Spain and OSEO in France) and development banks and finally specialised units of banks granting microcredit (for example Caixas in Spain,). Some programmes grant loans directly (e.g. Finnvera), but others do so through bank partners.

Guichandut & Underwood (2007) add two more models of financial institution. On the one hand, credit unions, namely in Poland and Romania and to a lesser extent also in Ireland and the UK. They limit credit to union members and for purposes other than business start-up. On the other hand, some mainstream banks and financial institutions provide consumer loans that are used for business purposes. Additionally, some commercial banks play an important role as partners of microcredit providers that are unable to grant credit themselves, and several types of collaboration

¹ This is the regular survey on the European microcredit sector conducted by the European Microfinance Network, given in the bibliography as Bendig et al. (2012).

are possible (Cozarenco, 2015). Cooperation between banks and non-bank MFIs in Europe is common and sometimes induced by regulatory constraints on the activity of MFIs (e.g. in some countries MFIs cannot grant loans directly).

Bruhn-Leon et al. (2012) classifies MFIs into non-bank MFIs and bank MFIs. The former are further divided depending on their commercial orientation and penetration rate in the market. Non-commercial oriented organisations may be NGO (including foundations) or subsidised organisations. In turn, bank MFI may be part of a bank's social responsibility activity or of its commercial activities.

In sum, the above classification of financial institutions reveals some the main actors in the microfinance sector: NGOs or foundations, programmes in existing institutions (government institutions), non-bank financial institutions (NBFIs), and banks and deposit taking institutions (mainly development banks, commercial banks, savings and cooperative banks, and credit unions).

Banks and NBFIs are shareholder controlled organisations and distribute profits to members. Cooperatives and savings banks are controlled by members and can distribute profits to them although this is not common. Finally, NGOs are non-profit organisations, and do not distribute profits.

Cooperatives, savings banks, and NGOs put greater emphasis on social goals than banks and NBFIs, serve poorer clients, grant smaller loans and thus have higher operating costs and loan risk, and they offer more non-financial services (e.g. training and education) – Servin et al. (2012). Government organisations are similar to cooperatives, savings banks and NGOs in their non-profit orientation.

The structure of the paper is as follows. Section 3 describes the main characteristics of the types of financial institutions and their supply of microfinance products. Section 4 groups institutional types in clusters in light of their key characteristics. Section 5 relates market characteristics and institution types using country level data. Section 6 uses a fuzzy cluster analysis to group national microcredit markets according to their most salient characteristics. Finally, Section 6 summarises and draws overall conclusions.

We conclude that there is great diversity of institutions in this market and non-profit organisations have a significant role. Our analysis also shows that the diversity of institutional forms is important to foster market dimension, guarantee good coverage of the various vulnerable groups and a diversified offer of services other than microcredit. Moreover, some specific institutions have an effect on the composition of the market in terms of personal and business loans, on loans

terms, loan size, credit to targeted clients, and offer of other financial services. Moreover, we study how financial institutions cluster around some key variables. Finally, we fuzzy cluster national microcredit markets and describe how institution types differ across the clusters.

References

- Andrews, A. M. (2005). State-owned banks, stability, privatization, and growth: Practical policy decisions in a world without empirical proof. IMF Working Papers n.º 5/10. IMF.
- Bendig, M., Unterberg, M., & Sarpong, B. (2012). Overview of the microcredit sector in the European Union. European Microfinance Network.
- Bezdek, J. C. (1981). Pattern recognition with fuzzy objective function algorithms. Plenum.
- Bruhn-Leon, B., Eriksson, P.-E. & Kraemer-Eis, H. (2012). Progress for microfinance in Europe, Working Paper 2012/13, European Investment Fund, Luxembourg.
- Campion, A. (1998). Current governance practices of microfinance institutions: A survey summary. Microfinance Network.
- Cozarenco, A. (2015). Microfinance institutions and banks in Europe: The story to date. European Microfinance Network, Brussels.
- Epstein, G. A. (2005). Financialisation and the World Economy. Cheltenham: Edward Elgar.
- European Commission. (2003). Microcredit for small businesses and business creation: Bridging a market gap. Bruxelles: Enterprise publications.
- Evers, & Jung. (2007). Status of microfinance in Western Europe - an academic review. EMN Issue Paper.
- Fernando, N.A. (2004). Micro Success Story: Transformation of Nongovernmental Organizations into Regulated Financial Institutions. Asian Development Bank, Manila.
- Fonteyne, W. (2007). Cooperative banks in Europe - Policy issues. IMF Working Paper 07/159. IMF.
- Glaeser, E. (2003). Introduction to the governance of not-for-profit organizations. In: Glaeser, E.L. (Ed.), The Governance of Not-for-Profit Organization. University of Chicago Press, Chicago, 1–43.

- Guichandut, P., & Underwood, T. (2007). Microcredit in the European Union. In K. Mark, & P. Tilleben, *Microfinance in Germany and Europe: Market overview and best practice examples* (pp. 1-14). Frankfurt: KfW Bankengruppe, Economic Research Department.
- Gutiérrez-Nieto, B., Serrano-Cinca, C. & Mar-Molinero, C. (2007). Microfinance institutions and efficiency. *OMEGA International Journal of Management Science* 35, 131–142.
- Hart, O., & Moore, J. (1990). Property rights and the nature of the firm. *Journal of Political Economy* 98, 1119–1158
- Hartarska, V. (2005). Governance and performance of microfinance institutions in Central and Eastern Europe and the Newly Independent States. *World Development* 33 (10), 1627-1643.
- Hwang, H., DeSarbo, W., & Takane, Y. (2007). Fuzzy clusterwise generalized structured component analysis. *Psychometrika*, 72, 181-98.
- Jansson, T., Rosales, R., & Westley, G. D. (2004). Principles and practices for regulating and supervising microfinance. Inter-American Development Bank, Washington.
- Jayo, B., González, A., & Conzett, C. (2010). Overview of the microcredit sector in the European Union 2008-09. EMN Working Paper n.º 6.
- Kraemer-Eis, H., & Conforti, A. (2009). Microfinance in Europe: A market overview. Working Paper 2009/001. European Investment Fund.
- Ledgerwood, J., & White, V. (2006). Transforming microfinance institutions. The World Bank and The MicroFinance Network, Washington.
- Mason, E. S. (1939). Price and production policies of large scale enterprise. *American Economic Review*, Vol. 29, pp. 61-74.
- Mersland, R. (2009). The cost of ownership in microfinance organizations. *World Development* 37 (2), 469-478.
- Mersland, R. & Strom, O. (2009). Performance and governance of microfinance institutions. *Journal of Banking & Finance* 33, 662-669.
- Peck, R., & Rosenberg, R. (2000). The rush to regulate: Legal frameworks for microfinance. CGAP Special Edition, no. 4.
- Servin, R., Lensink, R. & Berg, M. van den. (2012). Ownership and technical efficiency of microfinance institutions: Empirical evidence from Latin America. *Journal of Banking & Finance* 36, 2136-2144.

Siqueira, A. C. O., Mariano, S. R. H. & Moraes, J. (2014). Supporting innovation ecosystems with microfinance: Evidence from Brazil and Implications for social entrepreneurship. *Journal of Social Entrepreneurship* 5 (3), 318-338.

Tchakoute-Tchuigoua, H. (2010). Is there a difference in performance by the legal status of microfinance institutions?. *The Quarterly Review of Economics and Finance* 50, 436-442.

Underwood, T. (2006). Overview of the microcredit sector in Europe 2004-2005. European Microfinance Network.

Valnek, T. (1999). The comparative performance of mutual building societies and stock retail banks. *Journal of Banking and Finance* 23 (6), 925–938.

Xie, X. L., & Beni, G. (1991). A validity measure for fuzzy clustering. *IEEE Transactions on Pattern Analysis and Machine Intelligence*, 13(8), 841-847.

Taking authority seriously – Institutional challenges

Helena Lopes

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

helena.lopes@iscte-iul.pt

Abstract

Although authority is mentioned in practically all papers on the theory of the firm, apart from Simon (1951), few if any attempts have been undertaken to rigorously define and elaborate the concept of authority. Specifically, there is no account in the economic literature of why employees accept subordination to authority and comply with directives: “the fact that orders are typically obeyed is a puzzle” (Bowles 2004: 343). We show that this neglect of a careful examination of authority may have deep theoretical and political roots. Indeed, the problem of authority not only raises serious theoretical challenges to the economic theories of the firm; it also entails profound institutional implications for the governance of firms. The aims of the present paper are to i) propose a concept of authority relevant for work organizations; ii) show how and why the concept of authority is dismissed from economic theories of the firm; iii) outline the institutional implications of an authority-based theory of the firm for corporate law and labor law; iv) show how the concept of authority may help to clarify the status of platform-mediated work.

Whether there actually is authority in the firm to begin with is contested by agency theory: “the firm (...) has no disciplinary power of fiat, no authority, no disciplinary action any different in the slightest degree from ordinary market contracting between any two people” (Alchian & Demsetz 1972: 777). Although authority is expressly addressed by recent agency models (Aghion & Tirole 1997; Bolton & Dewatripont 2013), the account provided is notoriously inadequate to appraise this overlooked but critical phenomenon. The contractual view of the firm conveyed by agency theory became the dominant paradigm in corporate scholarship (Armour 2005; Bodie 2012; Orts 1997) and exerts a powerful influence in organizational and management theory (Oosterhout 2006). Its impact is such that Hansmann & Kraakman (2000) question the very relevance of corporate law: what does corporate law add to contract law and why not simply rely upon the latter to regulate firm-related matters?

Our concept of authority builds on the contributions of political science and in particular on McMahon (1994), who applies Raz (2006)’s authoritative analysis of political authority to the managerial sphere. After distinguishing authority from power, we define authority as a collective

device whose justification is to facilitate mutually beneficial cooperation among people with divergent aims (C-authority, in McMahon's terms). We show that addressing the (normative) issue of the legitimacy of authority leads to acknowledging the need for deep institutional reforms in firm governance.

To illustrate the relevance of taking authority seriously, we examine the case of work mediated through digital platforms and argue that, because power but not authority is at stake, crowd-workers and on-demand workers are not in rigor standard employees, which raises the need for new institutional protective forms of work.

The communication is structured as follows. We begin by defining the concept of authority. This allows setting the stage for the inquiry into the manner in which and the reasons for which the notion has actually been removed from economic theories of the firm. We then explore the institutional implications of an authority-based theory of the firm, and take the opportunity to illustrate our argument by addressing the case of platforms-mediated work.

References

- Alchian, A. and Demsetz, H. (1972). 'Production, information costs and economic organization'. *American Economic Review*, LXII (2): 777-795.
- Armour, J. (2005). 'The proprietary foundations of corporate law'. ESCR Working Paper n° 299, Center for Business Research, University of Cambridge.
- Bodie, M. (2012). 'The post-revolutionary period in corporate law'. *Seattle University Law Review*, 35: 1033-1059.
- Bolton, P. and Dewatripont, M. (2013). 'Authority in organizations: A survey'. in Gibbons, R. and Roberts, J. (eds), *Handbook of Organizational Economics*. Princeton University Press, pp. 342-372.
- Bowles, S. (2004). *Microeconomics – Behavior, institutions and evolution*. New-York: Princeton University Press.
- Hansmann, H. and Kraakman, R. (2000). 'Organizational law as asset partitioning'. *European Economic Review*, 44: 807-817.
- McMahon, C. (1994; reed. 2017). *Authority and democracy*. Princeton: Princeton University Press.

Oosterhout, J. (2007). 'Authority and democracy in corporate governance?'. *Journal of Business Ethics*, 71: 359-370.

Orst, E. (1997). 'Shirking and sharking: A legal theory of the firm'. *Yale Law and Policy Review*, 16(2): 265-329.

Raz, J. (2006). 'The problem of authority'. *Minnesota Law Review*, 90: 1003-1044.

Simon, H. (1951). 'A formal theory of the employment relationship'. *Econometrica*, 19(3): 293-305.

The rise of youth unemployment during the EU sovereign debt crisis: A tale of two policies

Paulo Marques

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Paulo_Miguel_Marques@iscte-iul.pt

Felix Hörisch

Institute of Political Science, Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg

Abstract

Youth unemployment and precariousness rose very rapidly in Europe after the economic crisis of 2008 (Marques and Salavisa, 2017; Tosun et al., 2017). In this context, the European Union (EU) intensified its action to promote the employment of young people, namely by launching EU-level initiatives such as the Youth Guarantee (YG) (Lahusen et al., 2013; Chabanet, 2014; Tosun, 2017). These policies were underpinned by a commitment to social investment, as investment in human capital is seen as the best strategy to fight youth unemployment (De la Porte, 2015: 21-22). Despite the EU's active role in addressing this problem, youth unemployment rates remained very high in several EU countries for a long period of time. In our view, it is impossible to have a full understanding of this process without examining the role of the sovereign debt crisis.

The rise in unemployment was not the only negative consequence of the economic crisis as the countries most affected by it were also facing increasing public deficits. The EU addressed the rise in public debt through a set of policies based on the implementation of fiscal austerity and structural reforms (OECD, 2012; Armingeon and Baccaro, 2012; Varga and Veld, 2014; Hall, 2017: 17). Fiscal austerity would lower the deficit while structural reforms would increase growth potential. The EU approach to reducing public debt ratios was therefore rooted in neoliberal arguments (Blanchard and Summers, 1987; Lindbeck and Snower, 1988; Lindbeck, 1994). Structural reforms consisted of policies to liberalize the labour market and reduce the generosity of the welfare state. In short, the EU addressed increasing unemployment by promoting social investment, but pressured countries to carry out neoliberal reforms to deal with the rise in public deficits. This paper will ask whether it is reasonable to simultaneously invest in productive social policies and reduce public debt through fiscal consolidation policies and structural reforms.

It is argued herein that it was due to difficulties in combining these two policies that the countries most affected by the sovereign debt crisis were unable to take the necessary steps to tackle high youth unemployment. It is our contention that this is because policies to reduce public deficits superseded policies to address the social consequences of the crisis.

The tension between these two policies has been clear in two areas: (i) highly indebted countries were unable to invest the necessary resources in Active Labour Market Policies (ALMPs); and (ii) austerity measures further reduced economic activity and therefore exacerbated youth unemployment. This combination contributed to the very high levels of youth unemployment in the countries most affected by the sovereign debt crisis.

This paper applies fuzzy-set qualitative comparative analysis (fsQCA) to examine the determinants of youth unemployment in Europe. The results of the fsQCA analysis show that low expenditure on ALMPs is a necessary condition for the outcome. As concerns the analysis of sufficient conditions, one configuration is identified: the countries most affected by the sovereign debt crisis and characterized by having a demand-led growth model, combined a low GDP growth with a low expenditure on ALMPs. The configuration explains high levels of youth unemployment in Greece, Portugal, Italy and Spain.

This study makes an original contribution in two relevant areas. First, it highlights the contradictions between the EU policies to fight youth unemployment and the EU policies to reduce public debt. By doing so, it shows that the social investment agenda is in many ways contradictory to the neoliberal reforms that have been implemented in Europe since the onset of the global economic crisis. Second, although several studies have analysed the role of EU policies to fight youth unemployment, less attention has been given to how the EU approach to deal with the sovereign debt crisis also influenced the rise in youth unemployment. This paper overcomes this limitation. This paper has been divided into four parts. The first part deals with the literature on the relationship between unemployment and labour market policies. The second part presents the EU policies targeting the rise in youth unemployment and the growth of public debt, and discusses the main contradictions between them. The third part sheds light on the relationship between the sovereign debt crisis and the rise in youth unemployment in Europe, puts forward the theoretical argument, and presents the hypotheses. The fourth part begins by discussing why fsQCA is used in this research. The conditions and the outcome are then presented, and the results of the empirical analysis are discussed. The paper concludes with a brief summary and critique of the findings.

Urbanidade e pluralidade territorial. Um dispositivo teórico de interrogação sobre o Portugal contemporâneo

Marta Martins

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

martamartins78@gmail.com

Resumo

A ideia de urbanidade ocupa um lugar central na história do pensamento sobre a relação entre espaço e sociedade. Trata-se, contudo, de um lugar naturalizado por um uso geralmente pouco questionado da palavra, a qual se reveste de significados diversos, disciplinarmente polissémicos e apenas aparentemente consensuais. Nesta comunicação, exploramo-la como dispositivo teórico de interrogação sobre o real, expondo como tal opção é estruturante de uma pesquisa que vimos construindo em diálogo com os patrimónios das ciências sociais (nomeadamente, da Sociologia), da Urbanística e da Arquitectura – no âmbito do Doutoramento em Arquitectura – Dinâmicas e Formas Urbanas da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FA-UP).

Nesse trabalho, investigamos como se estão sedimentando, recompondo e ganhando significado algumas das coexistências tipicamente engendradas pelas/nas contemporâneas dinâmicas de recomposição sócio-territorial em Portugal. Assim, empiricamente, estabelecemos um programa de observação atento a casos associados à commumente designada cidade canónica e a casos que se vêm engendrando em contextos marcados pela aparente dificuldade de leitura dos sintagmas morfológicos que supostamente estruturavam a experiência do espaço e do tempo da modernidade. Os territórios marcados pela designada urbanização extensiva difusa (Ascher in Brandão, 2011: 258; Portas, [2001] 2012: 120-121; Domingues in PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (2004)), tão característicos do povoamento observado no noroeste ibérico peninsular, afiguram-se como exemplo paradigmático deste último fenómeno.

Fazemo-lo considerando a notável performatividade da ideia de urbanidade, frequentemente mobilizada enquanto categoria de descrição e interpretação (Nunes, 2011) do real. Nomeadamente nos filões disciplinares que alimentam o campo da Urbanística, consideramos ainda como ela actua como categoria de prescrição (Domingues, 2012) pela componente normativa que transporta quando mobilizada para classificar e simbolicamente ordenar a

pluralidade territorial, mesmo não sendo perfeitamente claro que aspectos ou dimensões subjazem a tais juízos.

Desbravar alguns dos entendimentos e usos contemporâneos da ideia de urbanidade, aclarando vias de análise das anteriores perplexidades, convida a revisitar, nesta comunicação, dois momentos que ponderamos como referenciais. O primeiro reporta à Antiguidade Clássica, a elementos que permitem entrever os contornos do que seria a representação de Roma no contexto mais vasto do Império Romano. A emergência da noção de urbanidade parece ser indissociável dessa construção, sedimentada a partir de uma excepcionalidade atribuída a Roma e seus cidadãos enquanto arquétipo de Cidade. O segundo respeita ao debate operado sobre a reconstrução das cidades alemãs nas décadas pós IIª Guerra Mundial, nomeadamente, aos desígnios de planeamento que haviam orientado tal empreendimento e aos que deveriam nortear intervenções futuras.

A perspectiva histórica apoia a operacionalização de uma diferenciação entre âmbitos de sentido hodiernamente associados a urbanidade. Evocando obras ilustrativas de cada um deles, considerá-la-emos pensada enquanto a) modo de vida, b) ambiência e c) qualidade de uma relação estabelecida entre pessoas, debatendo as virtuosidades e limites de tal arranjo teórico na prossecução da pesquisa.

Palavras-chave: Urbanidade, pluralidade territorial, Portugal, Urbanização extensiva (difusa), Propinquidade.

Habitação própria e a justiça do Estado de direito nas execuções hipotecárias em Portugal

Vera Martins

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

veramartins10@hotmail.com

Resumo

O presente artigo visa questionar a classificação econométrica simplista – binária – do impacto da legislação sobre as execuções hipotecárias – em *protective* e não *protective* – por conduzir à afirmação do sistema jurídico de direito continental (*civil law*) como mais protector do que o sistema jurídico de *common law*, porquanto no direito continental se garante a existência de um processo judicial – o que não acontece sempre nos sistemas jurídicos de *common law*.

Argumenta-se no sentido de que só o conhecimento da prática judiciária – o momento da realização do direito – permitirá afirmar se existe, nomeadamente em Portugal, uma maior protecção face aos sistemas de *common law* porque a duração do processo judicial protege o devedor hipotecário.

Pretende-se articular a análise econométrica da dimensão jurídica com a filosofia do direito. Questionamos a falta de alinhamento da função dos tribunais – administrar a justiça em nome do povo (artigo 202.º da CRP) – 1) com a aceleração processual (abandonando o conceito de tempo razoável), 2) com o automatismo (que não se coaduna com a realização da justiça no caso concreto), 3) com o afastamento de facto do devedor hipotecário dos autos (não é obrigatória a constituição, mesmo que oficiosa, de um advogado), 4) com a atribuição de tarefas judiciárias ao Agente de Execução, por colidirem com a função de validade crítica que cabe hoje aos tribunais, conforme defende Castanheira Neves.

O presente artigo, visa, em primeiro lugar, revelar imprecisões na classificação econométrica da realidade jurídica, incentivando o debate em torno da efectiva protecção do credor ou devedor em detrimento de uma generalização redutora que assume que os sistemas de direito continental protegem o devedor hipotecário, enquanto os sistemas de *common law* não garantem a mesma protecção por privilegiarem os *non-judicial settlements*.

Os dados são reveladores, pois apontam para que cerca de 40% dos estados nos EUA sejam estados “judiciais” (Pence, 2003), ou seja, de acordo com a classificação já banalizada – nos EUA

os estados ou são *protective for borrower* ou *non-protective for borrower* – quase metade dos estados nos EUA seriam estados protectores, logo a ideia corrente de que os EUA são claramente não protectores constitui uma falácia.

Nos sistemas de direito continental (*civil law*), a existência de processos judiciais com prazos muito curtos também deita por terra uma visão simplista da dimensão jurídica, pois os processos judiciais poderão não proteger de forma efectiva o devedor hipotecário.

Em segundo lugar, apresenta-se o argumento de que os estudos económicos cumprem melhor a sua função quando articulam variáveis sócio-culturais e até institucionais. Karen Pence (2003) invoca o contexto histórico do aparecimento do *redemption period* – período em que ainda é possível reaver a casa – e o contexto da *prohibition of deficiency judgement* – a proibição de penhorar outros bens para além da casa quando o valor comercial desta não é suficiente para pagar o valor do crédito concedido – para uma explicação mais completa da relação de forças no equilíbrio entre credor e devedor hipotecários.

A conciliação da literatura econométrica com a literatura da área do direito e da filosofia do direito é um contributo para encontrar lentes de análise academicamente mais robustas e mais explicativas da realidade. A abordagem interdisciplinar clarifica e alarga o cenário de soluções possíveis, relativas à habitação, ao mercado da habitação e à gestão do incumprimento dos empréstimos hipotecários, sobretudo se tivermos em conta a evidência de que é um mercado transmissor de grande instabilidade (“the tendency of housing market to display extremes”) (Bramley; Munro; Pawson, 2004), também social.

Bourdieu (2012) debruçou-se sobre aquilo a que chamou o mercado da habitação, procurando esclarecer qual é o papel do Estado, adiantando que é “uma coisa que parece insignificante, mas na qual se joga qualquer coisa de fundamental”. Ao construir um objecto empírico através dos processos judiciais em que são executados os proprietários de uma habitação própria e permanente – execuções que decorrem no contexto de uma crise financeira e económica à escala global – pretende-se indagar o efectivo grau de proteção concedido pelo Estado.

Os estudos económicos, sociológicos, e sobretudo sócio-legais sobre o incumprimento do crédito à habitação são escassos a nível Europeu. O mesmo não se poderá dizer relativamente aos EUA, onde estes estudos são em grande número e se realizam desde há muitos anos, o que lhes confere uma consistência analítica assinalável (ECB, 2009).

No entanto, é consensual que a crise iniciada em 2008 conduziu a um aumento significativo de falências e desemprego, agravando a recessão, pois o mercado imobiliário foi severamente atingido (Campilho, 2011). Estamos, pois, perante um contexto de turbulência financeira em que

muitas famílias dotadas de um direito de propriedade, mas devedoras de um empréstimo bancário, perderam a sua casa. Com o caso concreto do conflito – entre um direito de crédito e um direito de propriedade (sobre a casa própria) – há que clarificar qual a efectiva protecção atribuída a credores e devedores e para tal construir “[um] objecto[s] empírico[s] contemporâneo[s] de forma a encontrar o Estado sob o seu escalpelo.” (Bourdieu, 2012).

Regenerando a cidade partindo do seu âmago. A perequação como instrumento de equidade na gestão da cidade contemporânea

Ana Nevado

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

anacnevado@gmail.com

Resumo

Numa era globalizada e de valorização da diversidade, a cidade contemporânea sofre processos simultâneos de retracção e de expansão urbana, em função de fluxos e dinâmicas sociais, gerando transformações territoriais, económico-financeiras e das paisagens urbanas. A depredação de património material e imaterial – incluindo as matrizes territoriais - é uma constante, focando olhares críticos, políticos e académicos sobre a sua preservação e reutilização. Inserida no âmbito específico das políticas territoriais, surge a regeneração urbana como uma operação, abrangente, transversal e em voga (Nevado 2015). Mas apesar de promover novas centralidades e redesevolvimento socioeconómico, estimula fenómenos de gentrification, turistificação e fomenta, conseqüente e frequentemente, processos especulativos de (re)ocupação dos solos e do edificado justamente por nem sempre considerar o património e as pré-existências.

No presente artigo objectivamos analisar conceptualmente as operações de regeneração urbana em áreas urbanas consolidadas (centrais/periféricas), sob o ponto de vista da expansão controlada e do recurso à perequação como mecanismo fundamental de gestão territorial e de transformação dos solos. Metodologicamente, utilizamos os casos de áreas urbanas semi-periféricas de Lisboa (e.g.: zona ribeirinha oriental) como território-charneira, em pleno processo de transformação, que possam beneficiar da implementação desse instrumento visando uma gestão municipal e uma utilização justa do território (Oliveira e Carvalho 2008).

Neste contexto, consideramos a perequação enquanto mecanismo de “redistribuição equitativa dos benefícios e dos encargos resultantes da execução de um instrumento de gestão territorial vinculativo dos particulares ou de outro instrumento de intervenção urbanística a que a lei atribua esse efeito” (Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de Maio). A sua utilidade reside, por um lado e sobretudo, na disponibilização de solos e de parque edificado aos municípios, a fim de

implementarem, instalarem ou renovarem equipamentos, espaços urbanos e infraestruturas de utilização colectiva, evitando, por um lado, a retenção dos solos com fins

especulativos, e, por outro lado, a compensação de particulares (Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de Maio). Por outro lado, esse instrumento permite conceder benefícios adicionais quer aos municípios, quer aos proprietários alvo de expropriações (i.e.: através de indemnizações), assim como redistribuir mais-valias dos planos urbanos implementados aos proprietários (Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de Maio).

Visando articular diferentes escalas e territórios, consideramos que as intervenções de regeneração urbana dependem não só do cumprimento de normativas legais e administrativas (e.g.: Planos Directores Municipais), como também da inclusão e da reutilização de elementos patrimoniais como mais-valias dos planos e das estratégias. Assim, o património (urbano) assume uma dimensão não só urbana como também urbanística (Gonçalves 2013) ao integrar-se nos processos de transformação territorial.

Em prol de uma cidade mais justa, equilibrada e coesa, concluímos que: a) as decisões políticas de transformação territorial e os agentes envolvidos nos processos de transformação territorial carecem de visões estratégicas de actuação; b) as lógicas de actuação são multiescalares e a cidade relaciona-se com a sua área metropolitana; c) a preservação do património (urbano) por via da reutilização representa uma mais-valia na melhoria da qualidade da vida; d) a perequação deverá ser considerada na gestão urbanística, através da elaboração e da implementação de estratégias e de planos urbanos.

Palavras-chave: regeneração urbana, perequação, equidade, património

Referências bibliográficas

Gonçalves, A. (2013) A dimensão urban(ístic)a do património. In: Encontro Internacional ArquiMemória – Sobre preservação do património edificado, Eixo temático 4 – Identificação, intervenção e gestão do património edificado: instrumentos, metodologias e técnicas, Resumo. Salvador-Bahia, 14-17 de maio de 2013.

MAOTD (2009) Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de Maio. In: Diário da República n.º 104/2009, Série I de 2009-05-29.

Nevado, A. (2015) The Eastern waterfront area of Lisbon: progress, decline and regeneration. In: The Built Heritage Debate / A Questão do Património, Revista Joelho #06, Artigo, pp. 146-152. Coimbra: Universidade de Coimbra (DARQ/FCTUC).

Oliveira, F., Carvalho, J. (2008) Perequação – Taxas e Cedências – Administração Urbanística em Portugal. Coimbra: Almedina.

CREATOUR *in progress* – Desenvolvendo propostas metodológicas para um projeto de Turismo Criativo em Portugal

Margarida Perestrelo

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

margarida.perestrelo@iscte-iul.pt

Maria Assunção Gato

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

magoo@iscte-iul.pt

Pedro Costa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Department of Political Economy / DINÂMIA'CET-IUL

ISCTE - University Institute of Lisbon

pedro.costa@iscte-iul.pt

Ana Rita Cruz

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Ana.Rita.Cruz@iscte-iul.pt

Resumo

O Turismo Criativo consiste numa nova forma de turismo cultural, que apela a um maior envolvimento e participação dos turistas em atividades que promovam o seu potencial criativo, quer através de experiências de imersão e contacto com novas realidades, quer através de aprendizagens proporcionadas de forma inovadora.

Na génese deste conceito estão implícitos dois pressupostos principais: a) contrariar a generalização do turismo cultural de “massas” através da exploração de experiências criativas de nicho; b) promover um desenvolvimento turístico sustentável e integrado em territórios de baixa densidade, através de um envolvimento/conhecimento mais profundo e alargado dos turistas com as comunidades locais, em termos culturais, identitários e de vivência quotidiana.

Este segundo pressuposto apresenta-se igualmente como um grande objetivo a alcançar, na medida em que se considera o efeito catalisador que o turismo criativo pode exercer em territórios

mais envelhecidos e desvalorizados do ponto de vista socioeconómico, bem como a sua capacidade de contrariar dinâmicas sazonais e diversificar as ofertas turísticas muito para além dos destinos tradicionais estabelecidos. A preservação de patrimónios culturais locais e a promoção de recursos naturais endógenos concorrem igualmente para a revitalização social, económica e demográfica que serve de mote a esta nova forma de turismo cultural.

O projeto CREATOUR – Desenvolver Destinos de Turismo Criativo em Cidades de Pequena Dimensão e Áreas Rurais, iniciado no final de 2016 e com duração prevista de três anos, apresenta-se como uma proposta de investigação-ação inovadora em Portugal. Desde logo, pela abordagem integrada de uma nova temática que está a ser explorada à escala nacional. Outro aspeto inovador consiste na oportunidade de implementar, em simultâneo, ações-piloto de turismo criativo e de, através delas, construir uma rede nacional de ofertas de experiências turísticas diferenciadas em Portugal, com capacidade de se manter, evoluir e multiplicar para além dos prazos do projecto de investigação. Sendo coordenado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, este projecto está a ser desenvolvido numa parceria que envolve cinco centros de investigação, quatro regiões do país e vinte propostas-piloto em curso.

Para este workshop propõe-se a apresentação do projecto CREATOUR, dando ênfase sobretudo às questões metodológicas que têm orientado o trabalho da equipa Dinâmias CET-IUL no âmbito do mesmo. Juntamente com as metodologias serão também apresentados alguns resultados já alcançados.

Palavras-Chave: Creatour; Turismo criativo; Investigação-ação; Metodologias participativas

In search of an integrated and policy-oriented approach of innovation and sustainability

Isabel Salavisa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

isabel.salavisa@isc-te-iul.pt

Abstract

In the debate which followed the MIT models of the 1970s on the limits to growth (Meadows et al, 1972), two opposing parties were formed: the ‘pessimists’ (arguing for the ‘zero growth’) and the ‘optimists’ who included the SPRU and Freeman himself. The latter claimed that growth could and should continue into the 21st century provided two conditions were met: the implementation of a set of institutional changes favouring a different world development path; and the reorientation of the R&D system with a shift in the rate and direction of technical change to secure the first objective.

More than two decades later, it is quite surprising to check the actuality of Freeman’s vision (Freeman, 1992). That vision comprised the global dimension of the problems involved, the complexity of the solutions, the role of technological innovation in several domains (products, processes, technologies, organisational forms, and the workings of firms and cities) and the role of policies, but also the need for changing lifestyles and public opinion, in both advanced and developing countries. To sum up, Freeman anticipated the transition to a new techno-economic paradigm. However, it is also surprising to note the relative absence of this issue from the economics of innovation core (or innovation studies) until recently. Meanwhile, a new domain has emerged on the subject of transition(s) towards sustainability (see Markard, Raven and Truffer, 2012; Schot and Geels, 2007; Smith, Voß, and Grin, 2010).

Recent reflection within the innovation economics field, however, has stressed the relevance of the environmental issue. The first author to be mentioned is Carlota Perez (2013), who wrote: “Both the planet and the economy need extensive ‘green’ innovation. The potential is there in technological terms. (...) Markets alone cannot reach that outcome; an active government can” (Perez, 2013, p. 97). The pressure on natural resources, including energy, caused by the economic rise of a number of countries is among the big issues, in the perspective of the constraints and eventual opportunities for developing countries. The second author is Luc Soete, who claimed

that there is an excessive creative destruction, a “short-termism” of the creative destruction. He critically mentioned the post-war growth, in which “professional-use driven” innovation has continuously fed the creation of monopolistic profits through planned obsolescence and an unsustainable consumer growth, what he calls “our ecologically unsustainable, innovation-led consumerism growth path” (Soete, 2013, p.136).

More recent studies offer comprehensive views on the way innovation can contribute the sustainability issue: Perez (2015), Laestadius (2015), Mazzucato and Perez (2015), and Stern (2015), just to mention a few. Perez argues that green growth will be favoured by the unexploited potential of ICT and will take place on the deployment stage of the present techno-economic paradigm (Perez, 2015). She argues that innovative solutions will bring about sustainable growth and job creation, avoiding the pessimistic scenarios of de-growth and zero growth (Jackson, 2009; Latouche, 2007). In the same line, Mazzucato and Perez (2015) defend the centrality of innovation in the new era of growth.

Drawing on the above-mentioned contributions, the paper analyses four major challenges of an integrated and policy-oriented approach of innovation and sustainability.

First, the need and viability of a shift in the direction of technological change, towards a resource-saving trajectory rather than a labour saving trajectory, which characterized the economic history of advanced countries since the XIX century (Frey and Osborne, 2017; Ford, 2015).

Second, the need to adopt a critical perspective (Soete, 2013), taking into account the two faces of innovation: economic prosperity and excessive creative destruction. The latter is used as a competitive weapon and a means of creating new markets. Consumerism, which is partly stirred by shortened innovation cycles, exerts a tremendous pressure on finite resources.

Third, the centrality of institutional innovation, as Freeman stressed (1992), at least as important as technological innovation in the transition to sustainable growth, from the point of view of both environment and social cohesion.

Fourth, and most important, the crucial role of government action (Mazzucato, 2014) to influence the direction of technological change and the creation of adequate innovation, relying on a vast array of policies to promote green growth, with a focus on innovation policy.

An analysis of how EU policies address innovation and sustainability will be presented.

Lessons from the Extremes in the case of Urban Planning

Sebastião Santos

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Maria de Fátima Ferreiro

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

fatima.ferreiro@iscte-iul.pt

Abstract

The presentation aims to highlight the case of Delhi as a reference to reflect on urban planning in general and in the case of Lisbon Metropolitan Area. In fact, the extremes, the edges, offer important insights to understand other realities and dynamics through the identification of players, forces and movements that might be not so evidenced in more 'conventional' cases. New Delhi is the second largest megacity in the world with a population of 25 million inhabitants. Its metropolitan area is under severe vulnerabilities due to the lack of control of planning instruments on urban transformations. Planning efforts seem to have been used by diverse processes and actors under distinct historical moments, namely colonization, state control over land and nowadays capitalism and globalization dynamics. This led to the advent of an insurgent urbanism, where a network of vulnerabilities as settled in time. The presentation establishes this nexus by revisiting key urban transformations in Delhi relating them with planning options that have emerged in distinct socioeconomic, cultural and political contexts. Secondly some considerations will be made on how contemporary concepts such as 'sustainability', 'resilience', 'participative governance' or 'smart cities' are being framed, perceived and applied under the context of current urban planning instruments, policies and research. It seems that these narratives are serving as a mean to achieve specific goals by different drivers and actors. Thirdly it is intended to highlight the importance of these examples as key triggers for a deep rethinking on concepts and practices in urban planning field today, namely in the case of Lisbon Metropolitan Area, keeping a critical distance from hegemonic normative views and looking closer at the distinct meanings, power relations, unbalances that surround them according to the diverse scientific, politic, social, economic drivers.

Nowcasting and forecasting aquaponics by Google Trends in European countries

Maria José dos Santos

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Maria.Jose.Santos@iscte-iul.pt

Abstract

Aquaponics represents nowadays an innovation in agricultural systems of production and supply food which combines aquaculture fish production with hydroponic production of vegetables, that can contribute to feed an increasing population at the world level, with less inputs in a sustainable way of production and supply. Besides the high development in this scientific area, there are not still enough commercial firms at European level, that allow us to know how this activity is evolving in society in general, as well as, to know the role played by Aquaponics Hub from *COST FA 1305 - The EU Aquaponics Hub - Realising Sustainable Integrated Fish and Vegetable Production for the EU* is supported for Horizon 2020 (The EU Framework Programme for Research and Innovation, 2017), in promoting the development of this activity in Europe. That occurs because aquaponics is a new and innovative production system in development. Thus, we used Google Trends data and a quantitative methodology, namely, multivariate analysis and econometric models in order to nowcast and forecast new insights about the importance, the role and the new trends about aquaponics in European countries. The results show an interesting development and an increasing trend in aquaponics search terms as a proxy of aquaponics development in Europe, mainly in all the European countries belonging to this Hub. However, we conclude that there is still a long way to go for aquaponics to become a commercial activity at economic level. Hence, public European and national decision-makers are urged to be more concerned about legislation and the allocation of funds for research and for the commercial investment of companies and for their promotion and development. The paper reviews these discussions, maps scientific and technological progress over the aquaponics in Europe and presents new ideas on how to foster and accelerate scientific and technological advancement in aquaponics in Europe and across the world.

Keywords: aquaponics; innovation food production; Google Trends; European Aquaponics HUB.

O desenho de Hestnes Ferreira – entre o gesto imaginário do carvão e a linha realística da grafite

Alexandra Saraiva

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Alexandra.Saraiva@iscte-iul.pt

Resumo

A apresentação incide sobre a importância do desenho na obra de Hestnes Ferreira. E corresponde a uma parte do desenvolvimento da investigação de Pós-Doutoramento, intitulada ‘A monumentalidade revisitada - Hestnes Ferreira, entre intemporalidade europeia e classicismo norte-americano (1960-1974)’ (SFRH/BPD/11869/2015) sediado no Dinâmia-CET'IUL, com supervisão do Professor Doutor Paulo Tormenta Pinto.

O desenho deve ser entendido, para além do ato de representar ou comunicar, mas também como um diálogo analítico, uma forma de pensar. Em termos metodológicos, a necessidade de comunicar ideias e investigar a relação entre desenho e o lugar - imaginário ou real -, traduz-se em três momentos distintos: intenção do desenho, tipo de desenho e técnica de desenho.

Esta tem sido a metodologia utilizada na análise do material produzido por Hestnes Ferreira, para o período em estudo (1960-1974). No entanto, a dimensão do espólio do arquiteto está a ser uma condicionante para a concretização da proposta de investigação.

Durante todo o processo foram consultados colaboradores de duas entidades portuguesas, que de algum modo ajudaram a aferir o método de trabalho, a Fundação Marques da Silva e a Fundação Calouste Gulbenkian, que consideraram que o método proposto era viável, para uma futura utilização por qualquer entidade que trate e archive todo o espólio do arquiteto.

Na catalogação e registo dos elementos desenhados, teve-se o cuidado de apenas registar, aqueles, sobre os quais existe a certeza da autoria de Hestnes Ferreira. Todos os itens têm sido fotografados e catalogados segundo um modelo criado durante a investigação (Tabela.1).

Nome (número)									
nº	escala	tipo	descrição	orientação	tamanho (cmxcm)	suporte	n RHF	data	assinatura
001		esquisso	Alçado	h	29x75	vegetal, carvão			HF

Tabela.1 – Extrato tipo da base de registo (catálogo)

Não excluí qualquer desenho de Hestnes Ferreira, quer do período em estudo, quer pós período, pois consigo justificar a autoria dos desenhos, pela existência de características tipo: podendo ser numeração, texto, entre outros elementos, bem como pela expressão do traço.

Embora no cronograma proposto no projeto de investigação submetido a FCT esta etapa devesse estar concluída no fim de setembro de 2017, ainda não foi possível identificar todos os elementos gráficos.

O facto de optar pela fotografia digital em detrimento da digitalização é consequência de dois fatores decisivos, um logístico e um financeiro. No primeiro a dimensão do espólio e a impossibilidade de transportar o material para fora do atelier, no segundo a impossibilidade de suportar os custos inerentes a digitalização de todo o material.

Refira-se que as condições de armazenamento não são as consideradas ideais, resultando num estado de fragilidade de grande parte dos suportes (papel vegetal muito antigo ou degradado, bem como a utilização de carvão e a ausência de fixador no desenho). Todos os desenhos, estão a ser registados utilizando uma máquina fotográfica NIKON D5200. Deste modo, a investigação gera a cada registo, conforme exemplo apresentado na Tabela.1, um ficheiro informático em formato JPG, que se encontra linkado a cada item.

Do material gráfico produzido em ambiente escolar por Hestnes Ferreira, registou-se e catalogou-se 26 itens correspondentes aos desenhos técnicos produzidos para o CODA, bem como desenhos escolares produzidos na ESBAP 16 itens, na ESBAL 27 itens, na Finlândia 15 itens e 3 itens produzidos nos EUA. Do material gráfico, produzido enquanto arquiteto, catalogou-se e registou-se 24 obras, dentro do período da investigação, resultando num total de 948 itens mencionados, conforme se descreve na tabela.2.

n.º	ATELIER PROJETO	Nº ITENS
0	ADPTAÇÃO SOTÃO	31
B1	CASA MIMOSO	3
A	ALBARRAQUE	39
1	PAPELARIA DA MODA	25
5	QUEIJAS	43
15	JOSÉ MONTEIRO	20
51	LINDA-A-VELHA	52
58	ED. GUADIANA	124
59	ED. ESTRADA DA LUZ	11
68	ED. QUINTA DE SANTA MARTA	70
70	UNOR 15	9
72	SENHORA DA ROCHA	13
76	AP. FRIEDBERG	12
90	UNOR 40	26
94	CCJ BRAGA	68
96	CCJ BEJA	35
100	JARDIM DO TABACO	4
102	ISCTE	2
104	BELVERDE	43
108	IPE	20
110	COOP. JOÃO BARBEIRO	24
116	COOP. LAR PARA TODOS	46
121	ESJGF	27
124	BAIRRO FONSECAS E CALÇADA	55

Tabela.2 – N.º DO ATELIER, PROJETO, N.º ITENS CATALOGADOS

Durante este processo, decidiu-se registar também todos os esboços de Hestnes Ferreira, que se encontraram, pós período em estudo, mas que pela particularidade e singularidade decidiu-se criar um catálogo que foi designado, pós período em estudo. Até este momento registou-se e catalogou-se 48 obras, num total de 545 itens, ver tabela 3.

n.º	ATELIER PROJETO	Nº ITENS
128	URGEIRA	2
135	CAMPO GRANDE – PATINAGEM	36
146	MOBILIÁRIO	12
149	ARCADA DE BEJA	3
150	CERVEJARIA OS GORDOS	23
173	AVIS	23
177	FACULDADE DE FARMÁCIA – FASE I	29
179	CONCURSO INDIRA GHANDI - INDIA	4
188	LAVEIRAS – CAXIAS	6
190	ELEVADOR DE SANTA JUSTA	10
192	CONCURSO ZONA RIBEIRINHA LISBOA	6
193	ESTÁDIO DE LAMEGO	1
194	CONCURSO CENTRO CULTURAL DE BELÉM	14
195	MARTINHO DA ARCADA	16
201	HOTEL SESIMBRA	29
203	TRIBUNAL DA MOITA	37
206	BIBLIOTECA JESUS BENTO CARAÇA	26
212	ALA AUTÓNOMA	15
215	CONCURSO PAVILHÃO PORTUGUÊS – SEVILHA	2
218	ARCADA DE BEJA	1
220	PROTAML	1
221	GRUTAS	7
225	INDEG	21
229	PRAÇA DE TOUROS MOITA	4
230	SANTANA	30
233	CHELAS	1
235	POUSADA DE TIBÃES	30
237	PAVILHÃO ESPLANADA ISCTE	1
238	HAB. LUZ DE TAVIVA	1
246	JARDIM DE APOLO	5
252	LICEIA	6
255	COMPLEXO DESPORTIVO DE LAMEGO	8
257	CONCURSO MACAU	10
258	ESTÓI	11
259	MUSEU DE ÉVORA	17
267	BENEDITA	15
268	CONSULTÓRIO DENTISTA	2

269	CONCURSO UNIVERSIDADE DE COIMBRA	13
270	CONCURSO UNIVERSIDADE CATÓLICA	12
271	CONCURSO UNIVERSIDADE DO MINHO	4
280	INDEP	5
281	FÁBRICA DE CERÂMICA DA MOITA	1
288	INDEG	1
293	CASA DA ESCRITA	12
298	BIBLIOTECA INDEG	1
299	FACULDADE DE LETRAS	21
301	PRAÇA DA BENEDITA	2
312	CRECHE DOS REDONDOS	9

Tabela.3 – N.º DO ATELIER, PROJETO, N.º ITENS CATALOGADOS

O desenho é uma das primeiras formas de expressão, enquanto modo de representação e comunicação, resulta numa intenção de registo, tendo possibilidades de assumir a dimensão de documentação/catalogação.

Para Hestnes Ferreira, cada desenho tem um objetivo e uma intenção, no modo como mostra uma ideia, que pretende clarificar, num processo contínuo. Embora considere que o processo do arquiteto com o desenho é contínuo, ele deve ser analisado em dois espaços temporais diferentes; um primeiro que coincide com a sua permanência na Escola Superior de Belas Artes do Porto (1953-1955) e cumulativamente com o ano que permanece na Finlândia (1958-1959), e um segundo que resulta após a sua permanência nos EUA (1962-1965), e obrigatoriamente a influência de Louis Kahn, quer no modo como aborda o desenho, quer na técnica que utiliza.

Os desenhos deste primeiro momento, mais subtis e com uma preocupação maior na informação relativa à materialidade proposta, seguindo um pouco o modo de representar de Alvar Aalto e de Fernando Távora, onde nota-se um gesto mais subtil e linhas mais fluidas.

Enquanto os do segundo momento, e que persistem até hoje, podem ser considerados a sua ‘imagem de marca’, onde a relação do carvão associado à carga emotiva que transmitem, o traço é mais forte e o gesto mais determinado.

Na obra de Hestnes Ferreira, o desenho, quer a carvão, quer a grafite são determinantes na análise da sua obra. Tal como Herbert (1993) assume analiso que os desenhos de estudo assumem um carácter transitório daí considerar os esboços a carvão ‘imaginários’. No entanto quando

confrontados com os desenhos a grafite, normalmente pré-desenho final, rigoroso, considero-os mais realísticos e próximos da realidade que irá ser construída.

Observo que o processo de Hestnes Ferreira com o desenho é contínuo, onde a importância do desenho assume os dois modos distintos, a dimensão estrutural do desenho segundo Fraser e Henmi (1994) e a dimensão epistemológica e neste caso em concreto, considero a definição de Rodrigues (2000) enquanto ‘estruturação do pensamento’, onde se assiste à mediação do desenho no pensamento do arquiteto.

Com esta investigação pretende-se afirmar a importância do espólio de Hestnes Ferreira e da necessidade de preservar todo este material para a historiografia da arquitetura portuguesa.

Palavras-Chave: Hestnes Ferreira; desenho; carvão, grafite

Referências bibliográficas

Fraser, I., Henmi, R. (1994). *Envisioning Architecture an Analysis of Drawing*. New York: Van der Reinhold.

Herbert, D. M. (1993). *Architectural Study Drawings*. New York: Van Nostrand Reinhold.

Rodrigues, A. L. M. (2000). *O desenho: ordem do pensamento arquitectónico*. Lisboa: Editorial Estampa.

The returns to improved educational qualifications: An analysis of the Portuguese case

Francesca Sgobbi

DIMI – Università di Brescia and DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

francesca.sgobbi@unibs.it

Abstract

An educated labour force is increasingly perceived as a crucial resource to support technology-intensive and knowledge-intensive growth in industrialised countries. The emphasis on the skills and competences of employees goes along with the importance attached to a progressive enlargement and deepening of individual capabilities able to meet the evolution of workplace requirements. The switch from a clear-cut separation between education and working life to an overlapping of educational and training experiences centred on the concept of lifelong learning involves noteworthy consequences. First, formal education and training become two opportunities in a range of multiple learning sources that also include non-formal learning and informal learning (European Commission, 2000). Second, adult education (including formal, non-formal, and informal learning) turns into a viable means to improve the skills and competences of the existing labour force (Colardyn and Bjornalvold, 2004).

Despite prospecting an attractive opportunities to improve the quality of existing labour stocks, adult education involves huge public investment but prospects uncertain returns in a comparatively distant future. Significant doubts exist on the effectiveness of adult education in improving the labour market outcomes of participating employees, for instance by augmenting career opportunities and earnings.

The Portuguese case provides an interesting chance to assess the short-, medium-, and long-term effects of upgrading individual educational achievements. Starting from year 2000 subsequent Portuguese governments supported a range of initiatives aimed at improving the educational qualification of the labour force in Portugal by means of adult education, validation and certification of individual competences, and accomplishment of education curricula interrupted by young adults. The efforts of subsequent Portuguese governments developed across two main steps. The first phase (2001-2005) focused on basic educational qualifications (corresponding to

the completion of the 4th grade, the 6th grade, and the 9th grade of Portuguese curricula) whereas the second phase, labelled “Novas Oportunidades initiative”, involved the certification of competences corresponding to both basic and secondary education (up to the 12th grade of Portuguese curricula).

Also when new educational qualifications were achieved by means of validation and certification of existing competences, i.e., without acquiring additional capabilities, participants in the program were expected to increase their career opportunities thanks to better signalling in the labour market. In addition, participants also had the chance to develop new skills by joining adult education courses to fulfil drawbacks in their competence portfolio identified during the certification process.

Judgement of the program outcomes is still controversial. On the one hand, the initiative had a sizable impact on the Portuguese labour market. Over 400.000 Portuguese adults achieved a higher educational qualification between 2006 and 2011 (Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa). In addition, in a sample of participants 32% recognised a positive impact of the Novas Oportunidades initiative on their professional life (CEPCEP, 2010). On the other hand, preliminary analyses displayed very small effects of the initiative on employability and even negative effects on earnings (Lima et al., 2012).

Quadros de Pessoal (QdP), a longitudinal archive of linked employer-employee data on the Portuguese labour market, offers a rich testbed to provide a new assessment of the impact of improved educational qualifications on the labour market outcomes of adult employees in Portugal in the first decade of this century. The proposed analysis searches for systematic differences between earnings increases and job improvements achieved by employees who upgraded their educational qualification and a control group of employees who did not change their educational certificates. In addition, the effectiveness of the efforts enacted by Portuguese governments after 2000 is tested by comparing participants and non-participants in adult education in three distinct periods:

- A reference period before the launch of the Novas Oportunidades initiative (1996-2000);
- The first phase of the program aimed at improving labour force education in Portugal (2001-2005);
- The second phase of the Novas Oportunidades initiative (2006-2010).

Preliminary evidence shows overall increase of educational levels, also due to adult education and competence validation and certification programs; steeper increase of education levels in the years of Novas Oportunidades compared to the baseline period; faster wage growth for

participants; and higher job mobility for employees who improved their educational qualifications.

The paper explores different technical solutions to compare switchers to a higher educational qualification and stayers, including propensity score matching with difference-in-differences (PSM-DID), panel data, and double-robust estimators.

Ambiências e Hortas

Maria Raquel Ponte da Luz de Sousa

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

biosite.formacao@gmail.com

Se as portas da percepção estivessem limpas, tudo apareceria ao homem como é, infinito.

Blake W., 1786 in “Doors of Perception”

Resumo

O presente projecto procura retratar a realidade múltipla das hortas e mostrá-la através da criação de uma workshop que inclui o percurso piloto “Criação”. Este percurso recorre a um formato artístico que tem por base a ligação horta /pessoa.

Apoia-se na ideia de génese da vida propriamente dita e da nossa percepção holística, raramente consciente, que a ciência mostra cada vez mais ser importante nos nossos percursos quotidianos. Tal percepção surge equipada com uma inteligência corporal e cognitiva que não é de todo negligenciável e da qual depende a nossa “racionalidade” (Nussbaum, 2001).

A workshop tem dois objectivos: (1) Analisar as hortas em função da potencial relação holística estabelecida entre horta e hortelão e horta e visitante, pois esta permite melhorar comportamentos socio-ambientais (Worthy, 2013), também com o intuito de sensibilizar decisores (Luukkala, R., 2014); (2) Demonstrar a sua utilidade operacional enquanto instrumento de diagnóstico social.

A realização do percurso foi efectuada de forma a concretizar a análise horta/hortelão mas, também, a estabelecer a análise dos impactos das hortas nos seus visitantes. A sua concepção procura: (1) Criar um percurso cujo início e fim são aleatórios, mostrando paisagens e lugares que se estudam como várias tipologias/ambiências; (2) Adoptar uma metodologia qualitativa apropriada a uma visão holística (Worthy, 2013), para analisar as ligações existentes ambiente/pessoa (Latour, 2001), integradas no percurso (3) Adaptar o trabalho de Álvaro Domingues, fazendo uma conversão da parte visual das suas publicações (Domingues,2013, 2015), na visita às hortas como percurso (Sousa, 2017), e da parte escrita, num áudio incluído no

itinerário que inclui extractos de texto ou poemas, seleccionados entre outros de Aldous Huxley (1956) e R. M. Rilke (2014).

Esta workshop procura analisar as características sociais e da paisagem/lugar e as várias ambiências, utilizando os seguintes instrumentos de operacionalização: conceitos artísticos integrados como o próprio percurso per si, fotografias e áudio e também o acervo de casos de estudo disponíveis no estado actual dos conhecimentos (Sousa, 2015; 2016; Madeira, 2017). Para o efeito os participantes efectuarão a (sua) análise de cada ambiência através da realização do percurso, fotos e filmes e a partir daqui chegarão a uma análise e conclusões de consenso.

A implementação de um percurso piloto anterior à workshop permitiu demonstrar a existência de uma relação holística horta/hortelão e horta/visitante nas hortas. Mostra ser possível que acções artísticas inclusivas de ideias de pertença ao mundo natural possam ter efeito como catalizadores da consciencialização da relação holística natureza/pessoa. Dado esta relação holística ter um efeito positivo na forma como se encaram e resolvem os problemas ambientais e sociais (Næss, Arne, 1989) é importante promovê-la através de uma metodologia e instrumentos operacionais adequados.

Bibliografia

Domingues, A., 2008, 'Urbanização Extensiva- uma nova escala para o planeamento', paper presented at the CITTA 1st Annual Conference on Planning Research, FEUP, Porto, 30 May.

Domingues, A., 2012, *Vida no Campo*, Dafne Editora, Porto.

Huxley, A, 1954” *The doors of perception*”, Chatto & Windus

Luukkala, R., 2014, 'Food and Urban Gardening in Planning: An Exploration in Helsinki and Stockholm', Master thesis, Department of Human Geography, Stockholm University.

Madeira C., 2015, 'Horti+Cultures: participation and sustainable development of cities', paper presented at the ENCATC Research Session, New University of Lisbon, Lisbon.

Madeira C. et al, 2017 “Transportadores de memórias; entrevista a Rodrigo Bettencourt da Câmara” in <http://interact.com.pt/26/entrevista-a-rodrigo-bettencourt-da-camara/>

Næss, Arne, 1989. *Ecology, Community and Lifestyle: Outline of an Ecosophy*. p. 187. ISBN 0-521-34873-0;

Nussbaum, M, “*Upheavals of Thought: The Intelligence of Emotions*” Cambridge University Press, 2001.

Rilke, RM, 2014”Cartas a Jovens Poetas`, Relógio de água.

Sousa, R., 2016, 'Morfologia urbana e sustentabilidade - agricultura urbana em Lisboa', 2017, CIUL/ISCTE, Lisboa, 30 Maio.

Sousa R., 2016, “Combining top-down and bottom-up gardens in Lisbon as an improved planning strategy”, in proceedings Growing in cities, Cost conference on Urban Allotment Gardens, Setembro, Basel.

Keywords: Environments, Urban Gardens, Holistic, Combination Strategy, Ecotourism, Art, City Planning, Urban Management, Participation, Community Projects, Group dynamic.

Age-Friendly Oslo: A Conceptual Framework

Gustavo Sugahara

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Gustavo.Sugahara@hioa.no

Abstract

Population ageing and urbanization are two global trends that together comprise major forces shaping the 21st century. As stated by the United Nation (UN), our world is a growing city. At the same time as cities are growing, their shares of older residents are increasing. Since 1982, when the first international instrument on ageing was signed in Vienna, the global understanding and acknowledgment of the importance of population ageing has gone through a dramatic change. Population ageing is no longer a new research topic. The conquest of the possibility to live longer is already a reality, not only in developed countries, but also in many developing nations. There is now a clear consensus that the increasing share of older persons of the total population brings new challenges and opportunities.

It is important to highlight that this is not only a change in terms of population structure; it is also affecting living arrangements and family dynamics. In most countries and regions where population ageing is more advanced, like Japan, North America and Europe, family size has declined, marriage has been postponed and reduced, and gender dynamics have also changed.

The report prepared by the United Nations Population Division as a contribution to the 2002 World Assembly on Ageing gives us a categorical sum-up of this process: “Population ageing is unprecedented, pervasive, enduring and has profound implications for many facets of human life”. Older people are a resource for their families, communities and economies, but their potential contribution is not guaranteed. To a large extent, it will depend on the existence of a supportive and enabling living environment.

In response to these important trends, the WHO developed the Age-Friendly Cities Program (AFC). Based on the active ageing framework, the AFC is an international effort to help cities prepare for the rapid ageing of populations and increasing urbanization. The mass adoption of active ageing policies, and AFC specifically, evidences the general importance and recognition of this issue at a political level.

AFC initiatives are already taking shape in different cities and communities around the world: public transports and spaces are being adapted, street signs and illumination changed, new legislation and representatives bodies formed, etc. Oslo is the first and only Norwegian member of the AFC network promoted by the WHO. The city's program is part of a broader initiative called "Oslo+". It follows the strategy advanced by an extensive "senior report" adopted in 2014 by the city council.

Academic interest on the subject has also significantly increased along with expected criticism and controversy surrounding such an ambitious framework. This article's main objective is two-fold: (i) highlight the variety of dimensions and perspectives that could have been used to frame Oslo's AFC initiative; and (ii) confront it with the program's actual development and choices.

Departing from a literature review, section 2 offers a brief historical overview of approaches to the AFC initiatives. As highlighted by many authors, the AFC program is neither the only one nor the first one to promote discussion and implementation of old-age-related initiatives linked to the environment. However, it is the first one to permit researchers to explore the various international translations of the age-friendly environments thinking.

The final part of section 2 summarizes the historical development of Oslo's Age-Friendly initiative. The account is based on official documents and interviews with the city officials responsible for the design and implementation of the program.

Section 3 will explore two distinctive phases of open-ended interviews, conduct in Oslo between December 2016 and May 2017. During the first phase of interviews, I focused on institutions from the civil society whose agenda was clearly related to the older person's interests. During the second phase I interviewed public institutions involved with city planning and city policies for older persons. Prior to each interview, I analysed the available documentation, which I also use to support the analysis. One of the main tasks of the interviews was to capture the current institutional perspective about old age in Oslo. In short: How old is old in Oslo from an institutional perspective?

Section 4 confronts the discussion on section 2 with the institutional perspective and Oslo's AFC program development. Preliminary analysis revealed some interesting contradictions and consensus between the different institutions influencing "older person's policies". Oslo's AFC program survived a significant political transition and is struggling to find its ambitions recognized at both the political level and by other cities' departments.

The last and final section presents a critical discussion on the AFC framework in light of Oslo's experience. This case is particularly relevant as it highlights most of the tensions described by the

literature in a particularly wealthy and resourceful environment where the conditions to promote an age-friendly agenda would, in theory, be much more favourable than in most parts of the developed world.

The job quality of young higher education graduates in Portugal: Wage differentials and contractual arrangements in 2007 and 2012

Fátima Suleman

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

fatima.suleman@iscte-iul.pt

Conceição Figueiredo

BRU-IUL, Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

conceicao.figueiredo@iscte-iul.pt

Abstract

This article explores the wage differentials among young graduates engaged in different contractual arrangements. We use linked employer-employee data – “Quadros de Pessoal”, for 2007 and 2012, to examine the quality of jobs of young under and master graduates in Portugal. The time frame allows us not only to explore the job quality but also to control the effect of the 2008 crisis.

The empirical analysis focuses on the impact of flexibility (stability) and full (part) working time on wages. More specifically, this study examines the impact of five types of contractual arrangements, notably Standard (stable and full-time), Underemployed (stable and part-time), Insecure (flexible and full-time), Non-Standard (flexible and part-time) and others that include very short-time or on-call contracts. We labelled them as Mini-jobs.

Few studies have examined multiple dimensions of contracts. It is thus possible to determine whether the combination of flexible (stable) contracts and full (part) working time and Mini-jobs correlate with lower (higher) wages. However, it is argued that education, workers, and firms' characteristics shape inequality and wage differentials among young graduates. The model includes a set of control variables notably a proxy of time of graduation, field of education, gender, migration status, tenure, occupation, internship status, firm size, industry affiliation, and regional distribution.

Estimation strategy adopts the treatment effect model to deal with imprecise and inconsistent estimates arising from the OLS earnings model. It is assumed that graduates themselves can

select, or at least accept, the contractual arrangement; therefore we use a treatment-outcome model for multinomial choice of contractual arrangements.

The results show that graduates faced a wage drop between 2007 and 2012. The evidence related to the impact of four types of contract indicates that stability benefits graduates whether they have full- or part-time contract. The flexible contracts impact wages differently: Mini-jobs and Non-standard contracts impose the largest penalisation in the labour market. There are however differences between 2007 and 2012. In 2007, graduates benefit from Non-Standard contracts since graduates in flexible and part-time jobs earn a wage premium, while in 2012, that type of contract imposes a penalisation. This indicates that probably the composition of graduates vary among non-standard jobs. Furthermore, the penalisation is higher for ‘Bologna undergraduates’.

Our findings corroborate previous research in that ‘Bologna undergraduates’ earn lower wages and are more probable in non-standard contracts. The data from 2012 show in addition that ‘non-Bologna graduates’ benefit from wage premium, are protected in the labour market and are immune to the expansion of higher education.

The findings evidence a segmentation of the labour market of young higher education graduates. Furthermore, they show also a ranking of generations of graduates and suggest that ‘Bologna undergraduates’ face the lowest job quality. This result leads us to question the rationale of the expansion of higher education and the Bologna reform, which attempted to increase job opportunities and access to high quality jobs, especially for underprivileged categories of young.